



Os promotores e participantes neste FÓRUM consideram que uma escola pública e de qualidade para todos é uma alavanca extraordinariamente importante na superação dos atrasos estruturais do país, visando o seu desenvolvimento, e na abertura das portas de um futuro melhor do ponto de vista político, económico, social e cultural. É um pulmão indispensável ao respirar democrático de Portugal e por isso os promotores deste FÓRUM assumem o compromisso de dar continuidade a um movimento que se iniciou com a grandiosa “Marcha Nacional pela Educação” e se alimenta da riqueza e diversidade das organizações que lhe dão corpo e substância.

Da Declaração de Coimbra
Fórum Nacional “Em Defesa da Escola Pública”
4.11.2004

Quadros e Concursos Contra o imobilismo do Decreto-Lei FENPROF avança propostas

**Fórum Nacional
Em Defesa da Escola Pública** Págs. 19 a 24



DUAS PALAVRAS

"Fast-Food" educativa

Quem viu o filme "Super Size Me", facilmente estabelecerá uma analogia com o estado da actual política de Educação, em Portugal. A "McDonalizacao" do sistema de ensino está aí. Um Ministério da Educação obeso, de artérias obstruídas e com dificuldade de locomoção.

Ao longo dos dois últimos anos e dois últimos governos tem-se desenrolado um filme de «porções épicas» de incompetência, falta de rigor e eficácia, como é prova o que nos foi servido no concurso nacional de professores.

Porções épicas de autismo e unilateralismo na Lei de Bases da Educação, o "Big Mac" educativo, congelado pelo veto político do Presidente da República.

Porções épicas de prepotência, autocracia e controlo político-ideológico na liquidação da gestão democrática das escolas.

Porções épicas de ilusionismo, elitização e selecção social na chamada reforma do Ensino Secundário.

Porções épicas de saudosismo da velha ordem meritocrática e da selectividade na implementação de exames no 9º ano.

Porções épicas de analfabetismo, iliteracia, baixa qualificação da população activa, abandono e insucesso escolares.

Porções épicas de indiferença à diferença, de vontade em perpetuar o modelo da "escola fábrica", de valores neoliberais e neoconservadores no ataque à escola pública.

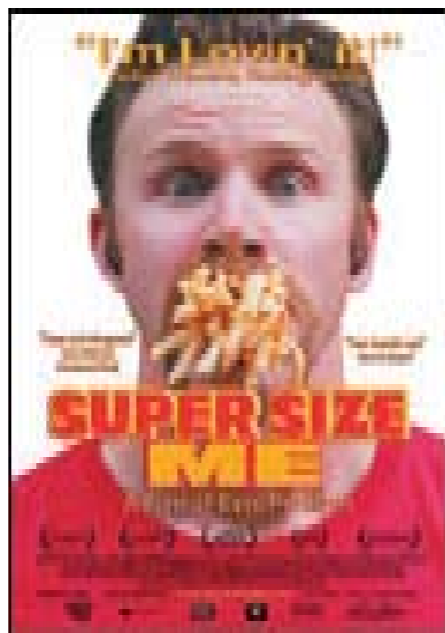
Porções épicas de desemprego e precariedade laboral docente, com tendência a agravar se nos deixarmos quedos, surdos e mudos.

Os menus são muitos, mas a base é sempre a mesma. Perante a ementa que nos tem sido dada a provar, nunca poderemos dizer «I'm loving it» (estou a adorar), como num dos slogans promocionais de "Super Size Me". Muitas calorias, gordura e condimentos artificiais, mas pouco sabor ou riqueza nutritiva, que está a dar cabo de alguns dos factores de saúde do sistema educativo.

Mesmo os que criaram expectativas optimistas, têm tido amargos de boca nunca esperados. Professores, alunos e pais estão fartos de serem empanurrados com "snacks" que têm desgovernado a Educação mais do que a governado.

Não comam tudo aquilo que vos põem à frente, por mais atractivo que pareça. Aconselha-se uma dieta, mesmo que ligeira, de reflexão crítica, consciência e intervenção cívicas. |

Nélcio de Sousa
neliodesousa.spm@clic.pt



Ao longo dos dois últimos anos e dois últimos governos tem-se desenrolado um filme de «porções épicas» de incompetência, falta de rigor e eficácia, como é prova o que nos foi servido no concurso nacional de professores.



"A demagogia e o eleitoralismo são descarados. Governa-se unicamente a pensar no ciclo eleitoral que se aproxima, de que é exemplo a criação duma central de propaganda destinada a branquear os erros e incompetência do Governo e as políticas contrárias aos direitos dos trabalhadores e das populações. O populismo é uma constante e um escândalo."

Da resolução aprovada no Dia Nacional de Luta, 10/11/2004

SUMÁRIO

Quadros e concursos Posição sobre a revisão do Decreto-Lei 35/2003	6
As propostas do ME	7
Professores no Dia Nacional de Luta, em Lisboa e no Porto Basta de injustiças e desigualdades	8
Rankings de escolas A confirmação do "nada de novo" (Mnuela Mendonça)	10
Em 2005 Salários justos (Henrique Borges)	11
Orçamento de Estado e a Educação (Adriano Teixeira de Sousa)	12
Iniciativa da FENPROF Debatendo a Educação de Adultos em Portugal	15
Algumas notas de reflexão Ensino Secundário Recorrente: é necessário um novo modelo (António Anes)	16
Fórum Nacional Uma nova dinâmica na intervenção cívica em Defesa da Escola Pública	19
Declaração de Coimbra	20
Comunicação de Paulo Sucena no 1º Congresso da Democracia Portuguesa Comunicação de Paulo Sucena	26
Plano Nacional de Emprego de 2004 Medidas positivas esbarram na política do Governo	30
"Ciência, Conhecimento e Mercado" Um Simpósio a pensar no futuro da Comunidade	32
Colóquio em Lisboa Os problemas da comunicação social são transversais à sociedade	36

“Carta Reivindicativa dos Docentes Portugueses”

As reduções do Orçamento da Educação para 2005, com privilégios para o ensino privado e cortes drásticos para o ensino público; e o lançamento de uma *Carta Reivindicativa dos Docentes Portugueses*, mereceram especial atenção do Conselho Nacional da FENPROF, reunido em Lisboa nos dias 24 e 25 de Novembro. O órgão máximo da Federação entre Congressos analisou ainda, em detalhe, as propostas do ME e da FENPROF em matéria de revisão da legislação sobre quadros e concursos. O CN recordou também princípios essenciais para uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, na sequência do veto presidencial à chamada Lei de Bases da Educação que PSD e CDS/PP aprovaram “orgulhosamente só” em São Bento. Em www.fenprof.pt podem ser consultadas as versões integrais dos documentos aprovados pelo Conselho Nacional.

Para a FENPROF, o Orçamento de Estado para 2005 é “extremamente negativo” e “continua a penalizar” áreas sociais fundamentais como a Educação, a Saúde, a Segurança Social e a Economia, beneficiando, no entanto, a Defesa com um crescimento global de 7,1 por cento.

O OE de Santana e Bagão “não inverte a grave situação de desemprego que atinge o País” e que é particularmente sentida pela classe docente, como alerta o CN da FENPROF, que acusa o Executivo de “prever uma inflação irrealista para 2005” (2%), tendo como objectivo “fazer baixar as expectativas dos trabalhadores quanto ao valor dos seus aumentos salariais”.

No caso dos professores e educadores, devido ao congelamento salarial imposto pela maioria nos últimos dois anos, “a perda do poder de compra atingirá, no final de Dezembro, cerca de 6,5 por cento, se tivermos em conta o período de congelamento”. Assim, um aumento salarial próximo dos 2 por cento significará uma nova quebra em 2005, o que “é de todo inaceitável” (*ver neste JF o desenvolvimento do assunto*).

Descentralização na gaveta

Enquanto corta no Orçamento da Educação, atingindo os diferentes sectores de ensino (no capítulo do investimento o corte chega aos 10 por cento, no conjunto do financiamento nacional e comunitário), o Executivo avança aumentos de verbas para o ensino privado (14,3 por cento), “deixando antever que o Governo e Maria do Carmo Seabra manterão a política de penalização das escolas públicas para continuar a privilegiar os colégios privados”, objectivo que a ministra teve a preocupação de sublinhar em discursos dentro e fora do Parlamento.

Os conselheiros nacionais da FENPROF registam ainda “os custos da administração educativa regional (DRE’s) que ascendem acima dos 47 milhões de euros, ou seja, mais 9,5 milhões de contos, numa clara demonstração de que o Governo privilegia o reforço dos poderes do centro, de que as DREs são meras extensões regionais, em detrimento de uma verdadeira política de descentralização visando a criação de condições para que as escolas possam desenvolver projectos educativos e incrementar estratégias conducentes ao êxito dos alunos”. Recentes declarações públicas da ministra, a favor da autonomia das escolas, só podem ser interpretadas, assim, como “gaffes” ou inclinações demagógicas...

Estabilizar o corpo docente, valorizar a Escola Pública e melhorar a qualidade das respostas educativas

A estabilidade do emprego e profissional

dos professores e educadores é uma das medidas fundamentais da *Carta Reivindicativa*, que mercerá ampla difusão em todos os estabelecimentos de ensino do País e que será enviada à Ministra da Educação.

A estabilidade do corpo docente das escolas e um conjunto de medidas apontadas ao sucesso educativo fazem parte desse documento. Um documento estratégico que apresenta ainda reivindicações no âmbito da aposentação dos docentes (30 anos), Estatuto da Carreira, situação dos docentes do Particular, Cooperativo e IPSSs, elevação da formação de professores e Lei de Bases da Educação, “uma lei que exige consenso”.

O investimento no ensino público, no quadro constitucional; o aprofundamento da gestão democrática dos estabelecimentos de ensino; o reordenamento da rede escolar e a melhoria das condições de trabalho nas escolas figuram, também, na *Carta* elaborada pela FENPROF.

Sintetizando orientações desenvolvidas e aprovadas pelo VIII Congresso da FENPROF, realizado em Março passado, na Figueira da Foz, a *Carta* apresenta ainda objectivos fundamentais no âmbito da avaliação do sistema educativo e das escolas, das reformas no ensino básico e no ensino secundário, da construção de uma escola inclusiva e da valorização da educação pré-escolar, que é contemplada no OE para 2005 com uma redução brutal de 35 por cento.

A democratização do ensino de adultos, a construção de um ensino profissional com estabilidade e qualidade, o investimento na Acção Social Escolar e um maior investimento no Ensino Português no Estrangeiro, bem como a resolução de múltiplos problemas sentidos no Ensino Artístico, são outras matérias em foco na *Carta Reivindicativa*.

Definição de um calendário negocial

A *Carta Reivindicativa dos Docentes Portugueses* será profusamente divulgada entre os professores e educadores, nas escolas e junto de diversas entidades da comunidade educativa..

A terminar, mas não menos importante, é a decisão do Conselho Nacional da FENPROF de, relativamente a este conjunto de 21 questões, exigir do Ministério da Educação a definição de um calendário e o estabelecimento de prioridades de negociação (para o que a FENPROF, também, apresentará propostas), até ao final deste ano de 2004. |



Negociar não é ouvir

O Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior dão mostras de serem incapazes de abrir processos de negociação em que as partes interessadas sejam, todas elas, participantes na construção das políticas educativas necessárias a cada vez mais inadiável salto qualitativo da educação e do ensino em Portugal.

Ambos os ministérios se caracterizam pelo gosto solitário de “criar”. Fechados em si mesmos, rodeados apenas por equipas da sua extrema confiança, vão divagando pelas coisas da educação como se de ninharias se tratasse e, repentinamente, lançam para a comunicação social os produtos da sua *фина* e *profunda* elucubração. Normalmente são grotescos produtos que a comunicação social rapidamente difunde. É nesse instante que a comunidade educativa, mormente as organizações sindicais representativas de dezenas de milhar de docentes, se sente ultrapassada, malquerida e menosprezada mas pior do que isso é o facto da democracia ser inexoravelmente empobrecida. Efectivamente, o Governo actua orientado por um denegador princípio de uma verdadeira afirmação da democracia porque prescinde da opinião dos outros e simultaneamente impõe a sua própria posição. Neste cândido pressuposto: não gostam então protestem, façam greve, vigílias ou concentrações, na certeza porém de que ao decreto-lei, à portaria, à circular se chega apenas pela vontade soberana do Governo.

As duas estimáveis professoras que dirigem os dois referidos ministérios poderiam e deveriam dar um sinal contrário relativamente a práticas passadas e, numa bela afirmação do género, deveriam assumir uma postura de respeito pelo pensamento das organizações sindicais. A educação melhoraria com certeza, o país agradecia, o futuro abrir-se-ia mais largamente e os inteligentes cangalheiros que escrevem negramente

sobre esta área, gastando o léxico a denegrir a escola pública, tinham mais matéria e mais diversificada para dar corda aos seus neurónios.

Creio que, se o diálogo negocial fosse suficientemente aberto e civilizado, a qualidade dos argumentos das partes respeitada e os interesses da escola, dos alunos e dos professores tidos em conta, um real e verdadeiro relacionamento do Governo com os sindicatos poderia acrescentar aos benefícios atrás referidos a impossibilidade de se anunciar um disparatado e infundamentado aumento da carga horária relativa ao Português e à Matemática no 1º ciclo do ensino básico, de se aprovarem exames nacionais das referidas disciplinas no 9º ano, numa tacanha estratégia de fazer recuar a selectividade ao actual 3º ciclo do ensino básico (no pensamento do Governo ao 1º ciclo do ensino secundário), sob a ignara perspectiva de que são os exames nacionais que dão qualidade ao ensino, de se incrementarem reformas curriculares sem o mínimo de apoios nem qualquer proposta de uma estratégia consistente e capaz de abrir vias para o sucesso educativo dos alunos.

Afirmando pela positiva: uma negociação democrática desenvolvida no respeito pelos argumentos e pensamento das partes poderia abrir as portas do inesperado, isto é, o cumprimento universal da escolaridade obrigatória, o aumento da população habilitada com o 12º ano, a melhoria da qualidade do ensino superior, promovido por um corpo docente estabilizado e com garantias profissionais, capaz de dotar o país com os quadros de que ele necessita para o seu desenvolvimento e com uma investigação básica alargada e capaz de contribuir para o progresso de Portugal. Talvez o Natal ajude... Os docentes são parcos a exigir – apenas que o Governo os oiça e tenha em consideração o seu pensamento. |

É necessário que o processo regresse à normalidade

A FENPROF tem insistido — e bem — que a estabilidade do corpo docente supõe o alargamento dos lugares de quadro, com particular relevância para os quadros de escola que devem ser pensados tendo em atenção as diferentes tarefas que hoje são exigidas às escolas. Do modo como vierem a ser “abertas” as vagas dos quadros dependerá, em última análise, a solução justa dos problemas criados a muitos professores, colocados longe da sua residência em concursos anteriores e a milhares de outros docentes que há largos anos aguardam o ingresso num quadro, isto é, finalmente a vinculação. Sobre isso nada tem sido dito pelos actuais responsáveis do Ministério da Educação e nada consta das propostas de alteração ao Decreto-Lei nº 35/2003 agora enviadas aos Sindicatos. De facto, a perspectiva em que se coloca o ME não é a de uma revisão da legislação dos concursos mas apenas a de alterar os aspectos que, do seu ponto de vista, mais negativamente contribuíram para o inenarrável fracasso do concurso 2004/05.

É verdade que o ME tem a possibilidade de alegar que o tempo disponível é demasiado escasso e que uma aprofundada revisão neste momento da legislação poderia ser incompatível com a necessidade de respeitar os calendários previstos para os concursos para o ano lectivo 2005/2006. No entanto, o ME apontou meados de Dezembro como prazo para discussão das diversas propostas. Por isso, a FENPROF não deixa de insistir no que considera as condições prévias para se conseguir a estabilidade do corpo docente, nomeadamente: o redimensionamento e adequação dos quadros de escola, a criação de um mecanismo de vinculação dinâmica dos contratados, a diminuição da área geográfica dos quadros de zona pedagógica, a abolição dos mecanismos que subvertem a graduação profissional (por exemplo, as reconduções) e a regulamentação dos apoios e incentivos à fixação em zonas isoladas e desfavorecidas previstos no Estatuto da Carreira Docente, aspectos que deveriam constar de uma efectiva revisão do Decreto-Lei 35/2003.



Quadros e concursos Posição sobre a revisão do Decreto-Lei 35/2003

Propostas da FENPROF enviadas ao M.E.

Em termos de princípios gerais destacamos os seguintes:

1. O concurso deve ser nacional e anual.
2. O objectivo de estabilidade do corpo docente será resultante de diferentes medidas a que urge dar corpo. Para a FENPROF é inquestionável que tal estabilidade deve assentar nos quadros de escola e não no alargamento excessivo dos quadros de zona pedagógica, desvirtuando-os de resto dos seus objectivos definidos no artº 27º do ECD. Nesse sentido, a FENPROF propõe que de imediato se abram negociações sobre:
 - critérios de definição do número de lugares de quadro de escola em função de uma justificada diminuição do número de alunos por turma e da definição das necessidades estratégicas que devem caber à Escola de hoje e às exigências que sobre ela recaem.
 - redefinição do período probatório, visando dar-lhe um verdadeiro conteúdo profissional e assim furtando-o à realidade actual em que apenas é usado como pretexto para uma diminuição do vencimento do professor durante um ano.
3. A aplicação do artº 28º do ECD (Ajustamento dos quadros aquando do recurso, por períodos superiores a 4 anos, de docentes contratados)

4. A estabilidade do corpo docente pressupõe nomeadamente a criação de uma situação que atenua o recurso às diferentes formas de mobilidade.
5. Com esse objectivo, a FENPROF propõe a redefinição dos QZP, diminuindo a sua área geográfica.
6. Deve ser dado imediato cumprimento ao artº 63º do ECD (definição dos incentivos à fixação em zonas desfavorecidas e/ou isoladas).
7. Deve ser posta em prática a posição assumida pelo último Congresso da FENPROF que defendeu que o horário mínimo, para efeitos de vencimento, atribuível a um docente contratado será de 11 horas lectivas, subentendendo-se que, quando o horário lectivo for inferior, o professor está obrigado a aceitar outras funções docentes até atingir essa carga horária.
8. Relativamente às colocações por condições específicas, a FENPROF entende que se devem distinguir duas situações:
 9. As situações de deficiência física permanente ou doença invalidante e/ou degenerativa do próprio - neste caso não tem sentido o destacamento anual, os docentes nestas situações deveriam ser colocados nas escolas que pretendem, eventualmente em vaga do quadro a extinguir quando vagar.
 10. As outras situações que não são de carácter permanente e no caso de apoio a cônjuges, descendentes ou ascendentes, deve

manter-se o destacamento anual. Os processos devem ser instruídos até 15 de Maio do ano anterior e devem conter todos os comprovativos julgados necessários, nomeadamente os comprovativos médicos devidamente confirmados por Junta Médica.

11. Deve ser revista, no sentido da sua redução, a área geográfica actualmente imposta para destacamento “obrigatório” dos docentes com horário zero ou pertencentes a escolas extintas ou fundidas dos concelhos de Lisboa e Porto.

12. A FENPROF insiste na urgência de serem definidos mecanismos de vinculação dinâmica para os professores contratados há vários anos no sistema.

Aspectos parcelares imediatos:

- **Alteração do artº 38, ponto 1**, afectando os titulares de QZP de acordo com a preferência de escolas indicada com prejuízo da sequência de horários indicada na versão actual do Decreto-Lei 35/2003.

- **Graduação dos candidatos** (critérios de desempate) - A FENPROF considera positiva a introdução, na graduação profissional da “aproximação às milésimas” de modo a ser tido em atenção todo o tempo de serviço prestado.

- **Reconduções** - Independentemente das posições que a FENPROF vem sustentando sobre esta matéria, considera-se adequado o protelamento do mecanismo previsto no artº 39, medida que se justifica pela falta de fiabilidade de boa parte das colocações que resultaram do concurso para 2004/2005.

- **Situação dos professores com habilitação própria (artº 62)** - Sem prejuízo de posições anteriormente assumidas, que apontam no sentido da inexistência de qualquer limite desta natureza, a FENPROF considera que mais importante que o adiamento do limite da possibilidade de concurso para estes docentes (que não se contesta), é que os docentes nesta situação sejam chamados de imediato à profissionalização, medida sem a qual se corre o perigo de não ter efeito prático o adiamento em causa.

- **Docentes de Técnicas Especiais** - A FENPROF defende que deve ser resolvida a situação dos docentes de Técnicas Especiais impedidos de concorrer ao concurso nacional por não terem um grupo de docência definido. De salientar que estes docentes estão, de acordo com o nº 3 do artº 122º do ECD, dispensados de realizar profissionalização.

- **Recém licenciados** - A FENPROF insiste na necessidade de que os docentes possam apresentar-se a concurso ainda no ano lectivo em que concluem a sua profissionalização.

Finalmente, a FENPROF insiste no princípio de que nenhum candidato deve ser excluído do concurso por erro do preenchimento do boletim de concurso, a menos que insista na não correcção dos erros detectados. Nesse sentido deve o programa informático não aceitar boletins com erro ou lacunas de preenchimento e devem ser dadas instruções claras e rigorosas para as entidades que venham a ser escaladas para a recepção não informática de candidaturas. I

As propostas do ME

O Ministério da Educação parece, apenas, estar empenhado em que não se repitam no próximo concurso os erros técnicos do concurso passado. Para tal está a tentar criar um clima de discussão focado, unicamente, nas condições necessárias para que os sistemas informáticos cumpram a sua função, querendo que, muito provavelmente, o aviso de abertura dos concursos imponha a obrigatoriedade da “candidatura electrónica”.

Para lá desta questão logística, algumas das alterações propostas — estão em discussão até ao final de Novembro — sendo positivas, são claramente insuficientes. Há uma tentativa de alterar o processo de destacamentos por condições específicas, de modo a evitar o que se passou este ano. A preocupação é legítima e a FENPROF acompanha a intenção de tornar este processo mais claro e transparente. Contudo, a nossa proposta é completamente diferente (ver “Propostas enviadas ao ME”).

Esta questão dos destacamentos por condições específicas é ainda objecto, na proposta do ME, de uma alteração significativa: todos eles serão posteriores à afectação às escolas dos titulares de QZP, numa inversão das prioridades previstas no DL 35/2003.

Parece correcta a proposta do ME quanto ao modo como se deverá efectuar a afectação dos titulares dos QZP às escolas. A FENPROF vinha sistematicamente denunciando a ilogicidade da legislação anterior que, ao colocar como primeiro critério a colocação em horários completos (ou com maior carga horária) em detrimento das preferências por escolas indicadas pelos candidatos, “chutava” muitas vezes para mais longe os melhor graduados. A alteração proposta é que “os docentes são colocados por ordem de graduação nas alíneas a) a c) do número anterior (horários completos, horários entre 18 e 21 horas e horários entre 12 e 17 horas) de acordo com as preferências de escolas por si manifestadas(...)”.

São também previstas soluções para al-

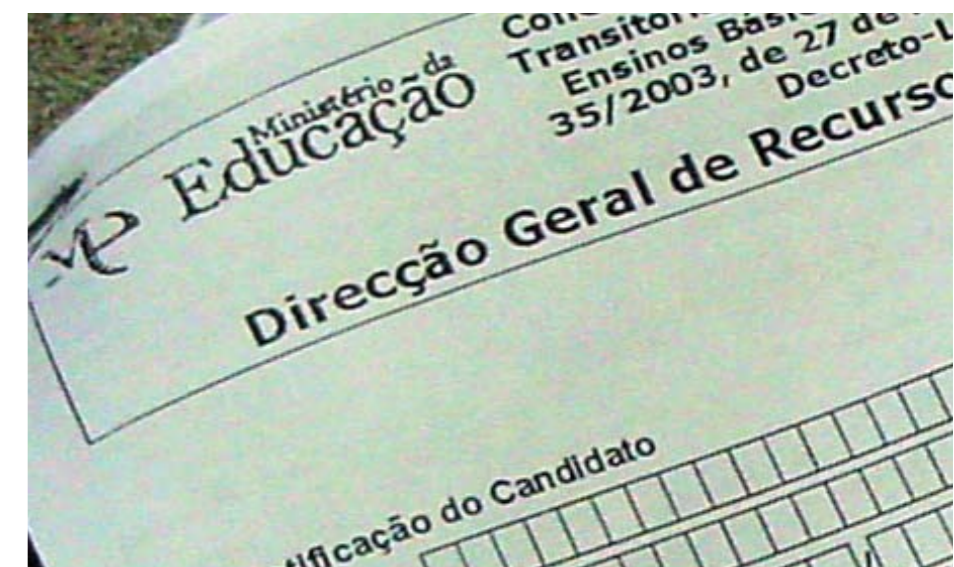
gumas questões que têm merecido a atenção da FENPROF: os professores que concluem a profissionalização em Junho podem apresentar-se a concurso do ano seguinte para a fase das colocações cíclicas, sendo graduados numa última prioridade, embora em termos ainda a definir. O mecanismo das reconduções previsto no DL nº 35/2003 não será aplicado no próximo concurso. Relativamente a esta matéria, a FENPROF defende, simplesmente, a sua revogação por se tratar de um mecanismo que poderá subverter a lógica de colocações em função da graduação profissional.

Ao mesmo tempo, não pode deixar de ser denunciado o facto de não se prever nada quanto à vinculação dos docentes contratados e à profissionalização dos docentes contratados com habilitação própria há largos anos no sistema (apenas se propõe que possam concorrer até ao concurso para o ano lectivo de 2007-2008) bem como o facto de nada se propor para resolver o problema da precariedade de emprego dos professores de técnicas especiais que estão impedidos de se candidatar aos concursos nacionais e todos os anos estão sujeitos a uma colocação directa pelas escolas.

Outras propostas são de pormenor

Em suma, os concursos para colocação dos docentes para 2005/2006 poderão ser, no essencial, determinados pela mesma legislação: o DL nº 35/2003, já que as alterações que o ME pretende introduzir são pontuais. Compete aos professores e educadores analisar tudo isto e intervir na discussão em curso.

A FENPROF exige, antes de mais, que os concursos regressem “à normalidade” — essa deve ser a exigência imediata de todos os docentes, pais e alunos, apostados na defesa dos seus direitos: uma escola pública de qualidade, abrindo “a tempo e horas” com os professores todos colocados no início do ano lectivo. I





Professores no Dia Nacional de Luta, em Lisboa e no Porto

Basta de injustiças e desigualdades

Milhares de trabalhadores de diferentes sectores de actividade participaram nas iniciativas do Dia Nacional de Luta, em 10 de Novembro passado. Convocada pela CGTP-IN, esta jornada teve particular expressão nas acções de rua realizadas em Lisboa e no Porto. Professores e educadores, em representação dos Sindicatos da FENPROF, marcaram presença neste Dia Nacional de Luta, que deixou perante a opinião pública uma mensagem profundamente sentida pelas organizações representativas dos trabalhadores: **basta de injustiças, basta de desigualdades!** Na capital, o desfile terminou junto à Assembleia da República, onde Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, sublinhou que o País precisa de uma nova política, que aposte na formação e na qualificação dos trabalhadores, numa perspectiva de “desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade portuguesa”. Na resolução aprovada nas acções do 10 de Novembro, que abordamos nestas páginas do “JF”, é exigido “o aumento real dos salários, das pensões e das prestações sociais”. “Mais justiça fiscal” e “a melhoria dos serviços públicos e a dignificação dos seus trabalhadores”, são outras reivindicações em foco.

O Governo PSD/PP desenvolve uma política desastrosa, para os trabalhadores e o país, e mostra-se incapaz de definir e concretizar uma estratégia de desenvolvimento económico e social para Portugal. Cada ministro procura defender os lóbis que representa, enquanto o Primeiro-Ministro se ocupa sobretudo da sua imagem pessoal, sublinha a resolução aprovada nas acções de 10 de Novembro, acrescentando:

A demagogia e o eleitoralismo são descarados. Governa-se unicamente a pensar no ciclo eleitoral que se aproxima, de que é exemplo a criação duma central de propaganda destinada a branquear os erros e incompetência do Governo e as políticas contrárias aos direitos dos trabalhadores e das populações. O populismo é uma constante e um escândalo.

Reforçam-se as posições do poder económico e financeiro e acentua-se a subordinação das políticas do trabalho e do emprego aos ditames do grande capital.

Durão Barroso abandonou o barco, mas a sua política económica recessiva continua e aprofunda-se com Santana, Portas e Bagão. O aparelho produtivo continua a ser destruído, provocando mais desemprego e o crescimento do défice da balança comercial. Portugal nunca será um país desenvolvido se não tiver um forte aparelho produtivo.

Essa política é responsável por uma contínua perda de poder de compra dos nossos salários e pensões, constituindo, em si mesma,

um travão ao crescimento. O nível de vida dos portugueses e das portuguesas é o mais baixo da União Europeia/15 e afasta-se cada vez mais da sua média.

Regresso ao passado?

Enquanto o custo de vida sobe descontroladamente - sendo escandalosa a decisão do Governo de indexar os preços dos transportes públicos aos preços dos combustíveis - o Governo está apostado em manter a chamada moderação salarial. As intenções expressas para os salários da Administração Pública que o Governo pretende estender ao sector privado, indiciam que não haverá reposição do poder de compra perdido nos últimos dois anos, não reflectem o aumento da produtividade nem o crescimento do PIB, além de se basearem numa previsão de inflação baixa e irrealista.

O desemprego e a precariedade continuam a aumentar, e não se vislumbram, no Orçamento de Estado para 2005, medidas para inverter essa tendência. Pelo contrário, o Governo prepara-se para alterar os critérios para a atribuição do subsídio de desemprego de modo a penalizar ainda mais os trabalhadores.

Com a revisão da Directiva Comunitária do Tempo de Trabalho, a Comissão Europeia e Governo Português pretendem, na prática, voltar ao horário de sol a sol.

A contratação colectiva é boicotada pelo patronato, com a cumplicidade do Governo que, não só não promove a negociação colectiva, como bloqueia descaradamente a publicação dos Regulamentos de extensão e, mais recentemente, as Portarias de Regulamentação de Trabalho.

O Contrato para a Competitividade e o Emprego não passa de uma encenação para dar cobertura à política de contenção salarial.

Os direitos de cidadania nos locais de trabalho são sistematicamente postos em causa e o acesso dos trabalhadores aos tribunais torna-se praticamente impossível, face às dificuldades levantadas ao acesso ao apoio judiciário e ao aumento brutal das custas judiciais.

O direito efectivo à formação profissional continua a não estar garantido e o reconhecimento e a valorização de novas competências a não se reflectir na progressão da profissão, assim se perpetuando a ausência de condições que assegurem motivação e níveis mais elevados de produtividade e de competitividade para as empresas.

Mais de 2 milhões de pobres

As injustiças e as desigualdades sociais agravam-se de dia para dia, embora o nosso país seja já aquele onde o fosso entre ricos e pobres é maior na União Europeia. Num país com mais de 2 milhões de pobres é profundamente imoral a distribuição de “tachos”, pensões milionárias e outros favores a clientelas partidárias.

O desagravamento das taxas de IRS sobre rendimentos mais baixos será anulado se se confirmar uma série de medidas que vão pesar, e muito, nos orçamentos familiares, tais como:

o agravamento brutal de alguns impostos indirectos, das taxas moderadoras no SNS e das propinas no Ensino Superior; a perda de benefícios fiscais nos planos de poupança Reforma e Habitação; a alteração da lei das rendas de casa, com a introdução do princípio do arrendamento a prazo para facilitar o aumento ou, em alternativa, o despejo, etc. O Governo dá umas migalhas com uma mão e tira muitos euros com a outra.

A fraude e a evasão fiscais não são firmemente combatidas, o que torna ainda mais chocantes as injustiças fiscais. Portugal perde, anualmente, por falta de cobrança, 7.500 milhões de euros.

Intensificam-se os ataques ao papel do Estado e à Administração Pública, com o objectivo de acelerar a privatização dos serviços e equipamentos públicos rentáveis, nas áreas da Saúde, da Segurança Social, do Ensino, das Águas, dos Transportes, das Obras Públicas, da Agricultura, etc.

Justas reivindicações

Por tudo isto, os milhares de trabalhadores e trabalhadoras concentrados em Lisboa e no Porto disseram bem alto:

*Basta de injustiças e desigualdades!
Basta de baixos salários e de agravamento do custo de vida!
Basta de discriminações, imoralidades e impunidades!*

E exigem:

- Aumento real dos salários, das pensões e prestações sociais e 390.60 Euros para o salário mínimo nacional
 - Emprego com direitos para todos
 - Exercício efectivo da negociação colectiva nos sectores privado e público, revogando as normas do Código do Trabalho que põem em causa o direito de contratação colectiva, em particular aquelas que podem levar à caducidade das convenções colectivas
 - Cumprimento dos acordos sobre emprego e formação e sobre saúde, higiene e segurança no trabalho
 - Mais justiça fiscal, através, designadamente, da reposição da taxa de IVA a 17% e da criação de 3 novos escalões de IRS
 - Redução dos horários de trabalho e aumento dos dias de férias anuais
 - Segurança Social pública, universal e solidária, SNS público e de qualidade e Ensino público de qualidade e sem discriminações
 - Melhoria dos serviços públicos e dignificação dos seus trabalhadores.
- Para o movimento sindical, “esta política e este governo não servem os trabalhadores nem o país. Um novo rumo é possível!”
- “Vamos ampliar o esclarecimento. Vamos ser solidários e aumentar os protestos nas empresas, nos sectores e nas regiões, por todo o país. Os trabalhadores têm razão. A nossa luta não pode parar”, conclui a resolução da jornada de 10 de Novembro. ■



Rankings de escolas

A confirmação do “nada de novo”

Manuela Mendonça*

Quatro anos passados sobre a primeira edição de listas ordenadas das melhores e piores escolas secundárias do país, e no ano lectivo em que se realizarão pela primeira vez exames nacionais no final do 9º ano, a que, previsivelmente, novos rankings se seguirão, vale a pena analisar as conclusões do estudo “Um Olhar sobre os Rankings”, da responsabilidade do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, divulgado no final de Outubro - não pelo que traz de novo, mas porque veio mostrar, com caução científica, o que já se sabia e que muitos têm afirmado, nomeadamente que:

- os rankings inserem-se numa lógica de mercado educativo, provocando a elitização do sistema e a estigmatização das “piores escolas”;
- não se pode reduzir os indicadores da qualidade das escolas às classificações dos alunos em exames nem comparar escolas cujas realidades educativas são diversas;
- é o próprio direito à informação que é posto em causa quando se confunde a opinião pública com listagens das “melhores” e “piores” escolas, a partir de dados descontextualizados;
- os rankings promovem valores anti-educativos, como a competitividade a todo o custo e a segregação de alunos de origem social desfavorecida ou com necessidades educativas especiais;
- os efeitos perversos dos rankings levaram já vários países a desistir desta prática, deixando de divulgar dados por estabelecimento de ensino;
- foi neste sentido que, na República da Irlanda, o Supremo Tribunal, chamado a intervir num processo que opunha o ministério da Educação e três jornais, deu razão ao ministério, considerando que a divulgação dos resultados dos exames seria “altamente contraproducente” para o sistema educativo e que a elaboração de rankings de escolas baseados nesses resultados não serviria “o interesse público do Estado”.

Enquanto outros desistem dos rankings...

Neste contexto, se alguma coisa surpreende, é que em Portugal se tenha avançado para a elaboração de rankings no mês em que o País de Gales desistiu deles (Agosto/2001) e quando a investigação evidenciava os seus efeitos perversos, e que se tenham mantido perante a contestação dos representantes da comunidade educativa, nomeadamente os movimentos associativos de pais e de professores e o Conselho Nacional de Educação.

A escola que hoje temos está longe de corresponder às necessidades das crianças e jovens que a frequentam e às expectativas dos profissionais que aí trabalham. Neste quadro,



uma avaliação séria do sistema educativo e das escolas representa uma oportunidade para compreender a realidade escolar, possibilitando a rectificação e a mudança.

E os contextos?

O programa de Avaliação Integrada das Escolas, levado a cabo pela IGE e suprimido pelo ex-ministro David Justino, poderia contribuir para essa finalidade. Os rankings de escolas não o poderão fazer, porque ignoram os contextos em que as escolas se inserem, os recursos de que dispõem, os processos que desenvolvem e os resultados que obtêm em todas as vertentes do seu trabalho.

O paradigma de escola de qualidade numa democracia não pode ser o que os rankings nos apresentam: uma escola privada, cujas condições de frequência só são acessíveis a uma minoria. Uma escola democrática de qualidade tem que ser uma escola a que todos possam ter acesso e onde todos possam ter sucesso - objectivo ainda distante mas que vale a pena continuar a perseguir porque, por razões de equidade e de justiça social, a escola pública é essencial à democracia. I

* Do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção do SPN

Em 2005: salários justos

	Previsões para a Economia Portuguesa (valores em %)								
	Comissão Europeia			OCDE			Banco de Portugal		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
PIB	-1,3	0,8	2,2	-1,3	0,8	2,4	-1,2	0,75 a 1,75	1,0 a 2,5
Consumo Privado	-0,7	0,7	1,2	-0,8	1,5	2,4	-0,5	0,25 a 1,75	0,5 a 2,5
Consumo Público	-0,6	-0,8	0,0	-0,6	-1,0	-0,6	-0,4	-0,6	-0,4
Investimento	-9,6	-0,9	5,0	-9,6	1,8	6,2	-9,5	-0,25 a 2,75	0,25 a 4,25
Taxa de Inflação	3,3	2,0	2,2	3,3	2,0	1,7	3,3	2,2 a 3,0	1,5 a 2,7

Fonte: Comissão Europeia; OCDE; Banco de Portugal

Os professores portugueses estão entre os mais mal pagos da Europa e o nosso sistema educativo é dos que tem menos professores para os estudantes existentes. Esta é a realidade que devemos contrapor ao Ministro Bagão Félix, com quem será difícil estabelecer qualquer acordo de âmbito salarial, se este persistir numa conduta pautada por parâmetros de natureza economicista ou por atitudes de arrogância e de imposição unilateral, só possíveis pela maioria parlamentar de direita que sustenta o Governo.

Quando este ministro diz que gasta 60% do Orçamento de Estado com os trabalhadores da Administração Pública, está a tentar manipular os portugueses. É sabido que os salários são para pagar aos trabalhadores que garantem a prestação de serviços de que todos usufruímos, ensino, saúde, justiça, segurança, saneamento, etc. São serviços que a população não pode dispensar. A adesão dos professores e demais trabalhadores da Administração Pública à jornada de luta do passado dia 10 de Novembro, convocada pela CGTP, espelha o inequívoco protesto e repúdio pela política governamental que tem vindo a ser seguida e que tem como objectivo claro a destruição dos serviços públicos e a degradação da situação sócio-profissional de todos nós.

Bagão Félix na sua “conversa em família” de 13 de Setembro, defendeu a necessidade de “diminuir” o número de funcionários públicos. “O Orçamento de Estado não é apenas da Administração Pública” ou “com imaginação e concertação, temos de diminuir a Administração”, são palavras que não deixam quaisquer dúvidas sobre as reais intenções deste governo. Durão Barroso prometeu para a Administração Pública, mas certamente sem querer cumprir, um aumento salarial real em 2005, Bagão Félix, ao mesmo tempo que referia a necessidade de “moderação salarial”, prometia “honrar o compromisso de aumentar salários e pensões”. Senhor Ministro, basta de manipulações, para haver aumentos efectivos, estes têm que ser reais!

A situação que vivemos é de uma clara diminuição do poder de compra, de desva-

Política de Rendimentos e Salários			
Ano	Actualização Salarial	Taxa de Inflação Média	Aumento real
1998	2,75%	2,80%	-0,05%
1999	3,00%	2,30%	0,70%
2000	2,50%	2,90%	-0,40%
2001	3,71%	4,40%	-0,69%
2002	2,75%	3,70%	-0,95%
2003	0% - 1,5%	3,30%	-3,30% - -1,8%
2004	0% - 2%	3%*	-3,00% - -1%

* Previsão do Banco de Portugal

lorização dos serviços públicos, de aumento do desemprego, de uma subversão clara dos direitos dos trabalhadores. Urge inverter esta situação. Só é vencido quem desiste de lutar. Todos sabemos que a luta é difícil, mas sabemos

também que os educadores e professores portugueses não são gente de baixar os braços. Estamos confiantes e, por isso, não desistimos. I

H.B.

Frente Comum avança

Proposta reivindicativa /2005

- Actualização dos salários e pensões de 5,5% com garantia de um aumento mínimo de 50 euros;
- Aumento do subsídio de refeição. Actualização para 6 euros;
- Actualização das prestações pecuniárias, incluindo ADSE em 5,5%;
- Aumento das prestações de ADSE no sentido da aproximação aos custos dos encargos com a saúde;
- Ajustamento dos escalões do IRS para não anular o aumento salarial;
- Dedução em IRS das despesas com formação e aquisição de materiais e equipamento necessário ao exercício profissional;
- Revogação da legislação sobre contratos individuais de trabalho;
- Revogação da legislação sobre avaliação do desempenho da Administração Pública;
- Revogação da Lei 1/2004 que impõe um novo regime de aposentação que reduz o valor das pensões e lhes aplica a dedução de 10%; exigência de aposentação voluntária aos 30 anos de serviço sem redução das pensões;
- Integração dos trabalhadores da Administração Pública nos quadros de pessoal, em vínculo de emprego público, nos serviços em que desempenham funções permanentes;
- Garantia do pagamento do subsídio de maternidade/paternidade aos trabalhadores com contrato administrativo de provimento. I



O Orçamento de Estado e a Educação

Adriano Teixeira de Sousa*

A leitura dos números do Orçamento de Estado permite concluir que, para lá da cortina de fumo dos discursos dos responsáveis governamentais, 2005 será um ano marcado pelo agravamento da injustiça fiscal. O próprio primeiro-ministro já veio a público desmentir o ministro das Finanças, anunciando um mirífico

desagravamento para 2006, por coincidência um ano eleitoral.

Mas, para lá desta constatação, é possível também afirmar que este Orçamento irá provocar a redução significativa do peso das despesas do Estado com as chamadas despesas sociais (Educação, Saúde, Segurança Social, Habitação,

Cultura). Entre 2004 e 2005, a percentagem que estas despesas representam nas despesas totais do Estado passará de 58,3% para 55,3%, sofrendo apenas num ano uma redução de 5,1% em valores nominais e uma redução de valor ainda superior em valores reais, tal como pode ser comprovado pelo Quadro I.

QUADRO I – Peso das despesas com as funções sociais do Estado

RUBRICAS	2004	2005	PERCENTAGEM DA DESPESA TOTAL	
	Estimativa Milhões de Euros	Orçamento Milhões de Euros	2004	2005
Educação	7.053,9	6.958,9	18,6%	16,6%
Saúde	6.409,0	6.817,3	16,9%	16,3%
Segurança e acção social	7.457,1	8.059,5	19,6%	19,2%
Habitação e serviços colectivos	768,9	889,9	2,0%	2,1%
Serv. Culturais, Recreativos, Religiosos	472,8	464,4	1,2%	1,1%
FUNÇÕES SOCIAIS	22.161,7	23.190,0	58,3%	55,3%
DESPESA TOTAL	37.982,5	41.937,7	100,0%	100,0%

FONTE: Relatório OE para 2005, pág. 49

O quadro seguinte, que completa o anterior, mostra de uma forma mais concreta onde se verificarão algumas das mais significativas descidas.

QUADRO II – Peso das transferências para o SNS, Segurança social, Ensino Superior, Acção Social e CGA nas despesas totais do Estado

RUBRICAS	2004	2005	PERCENTAGEM DAS DESPESAS TOTAIS DO ESTADO	
	Estimativa Milhões de Euros	Orçamento Milhões de Euros	2004	2005
Transferências para o Serviço Nacional de Saúde	5.666,9	5.834,0	14,9%	13,9%
Transferências para a Segurança Social	4.126,8	4.506,0	10,9%	10,7%
Transferências Ens. Superior e Acção Social	1.196,0	1.199,7	3,1%	2,9%
Transferências para a CGA	3.034,6	3.247,1	8,0%	7,7%
DESPESA TOTAL	37.982,5	41.937,7	100,0%	100,0%

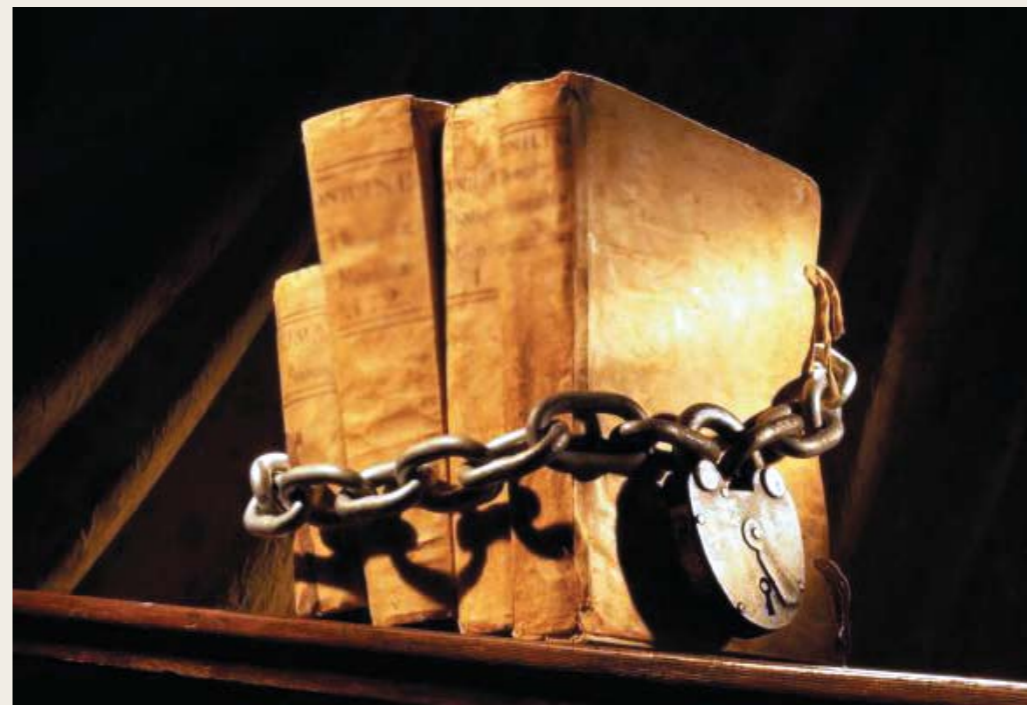
FONTE: Relatório da OE para 2005, pág. 48

Uma evolução muito semelhante nas mesmas áreas verifica-se a nível dos valores inscritos no PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para 2005. Assim, se compararmos as dotações inscritas no PIDDAC de 2005 verificam-se reduções mesmo em valores nominais, tal como mostra o quadro seguinte:

QUADRO III – Valores inscritos no PIDDAC em 2004 e 2005

RUBRICAS	2004 Milhões euros	2005 Milhões euros
Educação Pré-Escolar	2,9	1,9
Ensino Básico e Secundário	128,7	115,4
Ensino Superior	97,9	85,5
Saúde	182,8	167,1
TOTAL	412,3	369,9

FONTE: Relatório do OE 2004, pág. 41; 2005: Relatório OE 2005, pág. 42



O quadro III demonstra, assim, que, entre 2004 e 2005, as dotações inscritas no PIDDAC para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário, Ensino Superior e Saúde registarão uma diminuição de 10,2% em valores nominais, pois em valores reais ainda é maior, já que se teria de deduzir o efeito da inflação.

Que Educação com este Orçamento?

Chegados aqui, importa reflectir sobre o que poderá significar esta redução do peso das despesas sociais do Estado no que diz respeito especificamente à Educação.

A FENPROF não se tem cansado de alertar para a existência de constrangimentos estruturais no plano educativo, que se têm mantido

e, em alguns casos, agravado.

Ainda recentemente, a comemoração do Dia Mundial da Alfabetização foi motivo para denunciar a persistência de números que continuam a envergonhar o nosso país no contexto das nações, como o atestam o milhão de analfabetos, isto é, o facto de 1 em cada 10 portugueses não saber ler nem escrever.

Por outro lado, o abandono escolar continua a marcar a realidade social e educativa portuguesa. A assunção desta realidade levou o próprio poder político, num passado recente, a anunciar com pompa e circunstância um Plano Nacional de combate a este problema, o que, não sendo aqui e agora o espaço para a sua análise, revela, só por si, que existe um consenso nacional em torno da necessidade de levar a cabo medidas que lhe ponham cobro.

A estes constrangimentos haverá ainda a acrescentar a persistência de elevados índices de insucesso escolar, particularmente graves no ensino secundário, onde a reforma curricular em curso, lançada de forma quase envergonhada exige condições e meios significativos para que se altere a actual realidade daquele sector de ensino.

As transformações na rede escolar, a persistência de deficientes condições de ensino em muitas escolas, a diminuição dos apoios às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, o elevado número de alunos por turma em muitas escolas, são outros exemplos que exigem respostas de fundo e não políticas avulsas, sem orientação estratégica definida e de claro desinvestimento.

A simples enunciação destes e de outros problemas de Educação justifica a ideia de que são necessários mais e melhores recursos e não

a política que este Orçamento de Estado reflecte de redução do peso da Educação no conjunto das despesas do Estado.

Face a mais um Orçamento que se insere de forma sintomática nos ditames da política neoliberal de desresponsabilização do Estado pela garantia de uma Educação pública de qualidade para todos, a FENPROF afirma o seu propósito e volta a sublinhar que o futuro do país passa pela necessidade de encarar a Educação, não como uma simples despesa, mas como um investimento no futuro.

FONTES:
“Orçamento de Estado de 2004 e 2005”
“Estudo sobre Orçamento de Estado de 2005” Eugénio Rosa

* Membro do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção do SPN

É preciso assegurar uma política salarial coerente

O Orçamento de Estado não define a política salarial, mas não deixa de ser importante. Primeiro, porque define o cenário macroeconómico esperado para 2005. Depois, porque os salários são influenciados pelos aumentos na Administração Pública. E ainda porque a actualização das pensões mínimas está ligada à revisão do salário mínimo nacional. Sobre cada um destes pontos importa considerar:

O cenário macroeconómico aponta para uma inflação de 2% e para um aumento da produtividade de apenas 1,2%. Quanto à inflação, embora esteja a ocorrer uma desaceleração dos preços, não se pode esquecer as fortes incertezas associadas ao preço do petróleo. Até agora os Governos e os agentes económicos têm agido na perspectiva de uma alta temporária, em parte associada a componentes especulativas, mas há também factores de carácter estrutural que vêm sendo minimizados. Além disso, o Governo tem sistematicamente falhado os referenciais de inflação, que nos últimos anos foram sempre inferiores à inflação verificada (a soma acumulada das diferenças ultrapassou os 5% entre 1998 e 2003).

Quanto à produtividade, há inconsistência entre o aumento económico previsto (2,4%) e o fraco crescimento da produtividade (1,2%). Se esta previsão se confirmar isso significa que o Governo não aposta

num dos factores decisivos para o crescimento e o desenvolvimento. Pensamos, porém, que o Governo está artificialmente a apresentar uma perspectiva de baixo crescimento da produtividade apenas com o objectivo de limitar o crescimento dos salários. O orçamento não é claro sobre a actualização salarial da Administração Pública. Está prevista uma variação das despesas com o pessoal de apenas 1,5%, mas esta rubrica cobre não só as despesas como os salários, mas também outras como a progressão nas carreiras e a segurança social. Algumas das componentes crescem a ritmo superior a 1,5%, como é o caso da segurança social. Pelo que não se sabe, a partir da proposta de OE, qual vai ser a revisão salarial. Uma coisa é certa, porém: os trabalhadores perderam poder de compra nos dois últimos anos (2,4% em 2003 e mais de 1% este ano) pelo que o Governo deve assegurar que o mesmo não acontecerá no próximo ano e haja recuperação de perdas verificadas.

O Governo limitou-se a divulgar os limites de variação das pensões mínimas (entre 2,5% e 9%) mas a proposta de orçamento nada revela sobre os aumentos concretos.■

CGTP-IN em conferência de Imprensa, 25/10/2004



Hábitos de leitura

Foi recentemente aprovada na Assembleia da República uma autorização legislativa para que o Governo realize, com vista à determinação de uma **Estratégia nacional para o fomento de hábitos de leitura**, os seguintes actos:

- elabore estudos e instrumentos de análise dos hábitos de leitura dos Portugueses, em especial dos mais jovens;
- apoie a criação de programas de incentivo aos hábitos de leitura nas escolas, designadamente da imprensa escrita;

- apoie a renovação e modernização das bibliotecas escolares;
- crie e mantenha um portal na Internet, a nível central, destinado a promover hábitos de leitura e a divulgar as iniciativas das escolas nesta matéria;
- apoie o estabelecimento de parcerias entre as bibliotecas municipais e as escolas ou agrupamentos.

Na sequência desta decisão o Governo publicou um despacho com o sentido de operacionalizar as decisões da Assembleia da República, nomeadamente através da nomeação de um grupo de missão que terá como tarefa preparar e opinar sobre a acção do executivo nesta matéria, nomeadamente sobre:

Quais os domínios em que esta intervenção deverá incidir? Quais os intervenientes a congregar, com que competências e funções? Que parcerias públicas ou privadas deverão estabelecer-se para a execução deste plano? Que estratégias a adoptar em contexto escolar e não escolar? Que instrumentos de apoio devem ser produzidos para o desenvolvimento dos objectivos pretendidos? Que mudanças devem ser feitas na formação inicial e contínua de professores, tendo como horizonte a aquisição de competências essenciais de leitura e escrita?

Podendo ser ou uma medida positiva ou mais do mesmo, ou seja, uma manobra populista sobre um problema sério, relativamente ao qual tantos professores e técnicos se cansaram de produzir propostas e exigências, será interessante que todos os professores, investigadores e técnicos de educação que queiram prestar os seus contributos para a análise desta matéria os façam chegar aos Sindicatos da FENPROF. |

LL

Matemática e Língua Portuguesa no 1.º Ciclo do Ensino Básico Ministra não conhece a realidade

Luís Lobo*



Como é do conhecimento público, Maria do Carmo Seabra comunicou na Assembleia da República que o Ministério da Educação pretende introduzir alterações na estrutura curricular do ensino básico, nomeadamente através da reorganização do tempo para as actividades destinadas ao estudo da Matemática e da Língua Portuguesa. Falando especificamente do 1.º ciclo do ensino básico, a ministra da Educação referiu que é indefinido, hoje, o tempo que cada professor dedica ao estudo destas áreas curriculares.

A FENPROF não pode deixar de, sobre esta matéria proferir os seguintes comentários:

- Trata-se de uma declaração que não assenta em qualquer estudo baseado no conhecimento da actividade concreta no 1.º ciclo e revela, por isso, que Maria do Carmo Seabra desconhece totalmente a realidade;

- 1.º ciclo do ensino básico integra diversas áreas disciplinares, cujas abordagens devem ser feitas de forma transversal. Estas são tratadas, de acordo com as estratégias individuais de cada docente e a realidade educativa dos alunos, apoiadas em competências essenciais definidas a nível nacional;

- Caso se passe a definir, em compartimentos estanques, o tempo a destinar ao ensino da Matemática e da Língua Portuguesa, a proposta da Ministra poderá levar, com prejuízo para os alunos e para o sistema educativo, à redução do tempo que hoje os professores já dispensam às duas áreas disciplinares referidas;

- A FENPROF considera que seria muito importante que os responsáveis do Ministério da Educação por esta matéria de importância estratégica conhecessem melhor a realidade dos estabelecimentos de educação e de ensino, para perceberem que os problemas das escolas do 1.º

ciclo não se resolvem com uma definição estanque das horas a leccionar para a Matemática e para a Língua Portuguesa, mas sim:

- Com mais apoios às crianças com necessidades educativas especiais (em Portugal 1/3 da população escolar precisa de apoio educativo individualizado e especializado);

- Com a redução do número de alunos por turma;

- Com a redução do número de anos de escolaridade por professor;

- Com mais e mais modernos materiais didácticos e pedagógicos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem;

- Com mais apoio ao desenvolvimento do ensino experimental, do estudo das Ciências e, em concreto, com um maior e melhor acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação e ao seu estudo;

- Com a criação ou adequação de espaços para as actividades escolares e educativas;

- Com apoios diversos às famílias e de combate ao desemprego e ao emprego precário os quais se reflectem inevitavelmente na escola;

- Com mais e melhor formação de professores de acordo com as necessidades que eles próprios sabem definir.

A FENPROF continua a lamentar que a Ministra mantenha a análise destas propostas fechada no seu Gabinete e recorra à comunicação social para veicular as suas propostas, sem as discutir previamente e sem as sujeitar a um processo construção colectiva que envolva toda a comunidade educativa, na qual os professores são parte fundamental pelo conhecimento que têm do problema. |

* Membro do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção do SPRC

Iniciativa da FENPROF Debatendo a Educação de Adultos em Portugal

No fecho desta edição estava tudo a postos para a realização de um Encontro de Quadros Sindicais sobre “A Educação de Adultos em Portugal”.

Esta iniciativa da FENPROF, há já algum tempo programada, foi marcada para Lisboa em 26 de Novembro.

Pretendia-se com este encontro sustentar a acção da FENPROF num quadro teórico que lhe dê maior consistência; proporcionar o confronto/clarificação de diferentes suportes conceptuais dos vários modelos de educação de adultos e destes com a Lei de Bases de Educação (LBE); proporcionar também o confronto/clarificação dos diferentes espaços onde melhor se desenvolvam as aprendizagens dos jovens e adultos e que consigam responder às baixíssimas taxas de escolarização da população portuguesa; e ainda analisar as questões da profissionalidade docente (que profissionais? que formações?).

Entretanto, o Ministério da Educação avançou este ano lectivo com a reforma curricular do Ensino Secundário Recorrente que decorre do Decreto-Lei nº74/2004, de 26 de Março e da Portaria nº550-E/2004 de 21 de Maio. Mais do que uma mera reforma curricular trata-se de uma alteração ao modelo de ensino por unidades capitalizáveis, substituindo-o por outro modelo que se desenvolve por módulos e que se estrutura numa matriz curricular muito próxima do Ensino Regular.

Que reestruturação?

A forma como o novo Ensino Secundário Recorrente se iniciou constitui uma grande preocupação para a FENPROF. No final do ano lectivo 2003/2004 em ofício enviado ao ME alertávamos para algumas questões que seria necessário resolver:

- Que reestruturação está prevista para o Ensino Básico Recorrente, especificamente para o 3º ciclo, já que o sistema de ensino era o mesmo do que o do Ensino Secundário – Sistema de Ensino por Unidades Capitalizáveis (SEUC)?

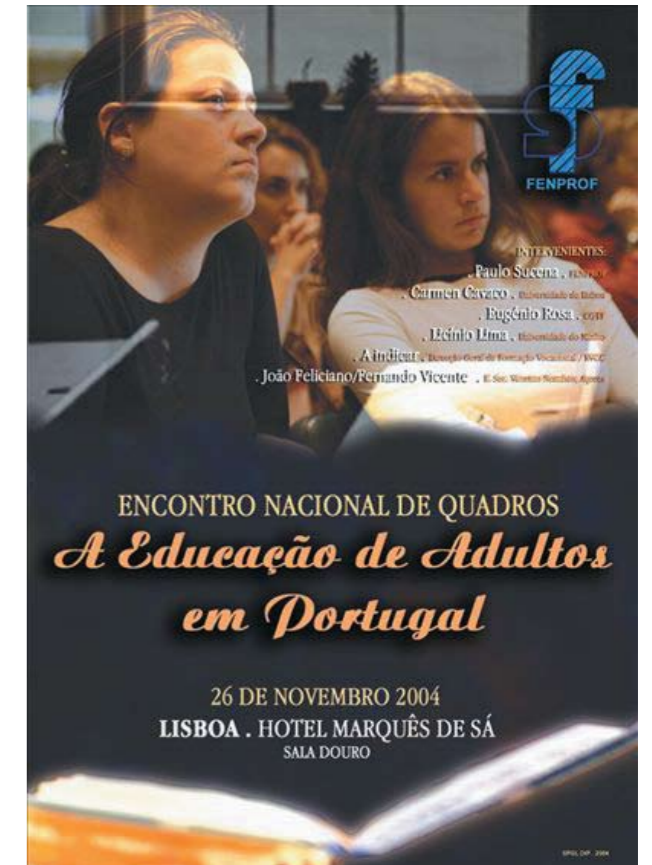
- Que medidas vão ser tomadas para permitirem a permeabilidade entre diferentes modelos e sistemas de Ensino?

Que adaptações?

- Que regime de equivalências vai ser instituído para fazer face à coexistência dos diferentes modelos (por unidades capitalizáveis, por módulos, Ensino Regular, Ensino Profissional, RVCC, CEF...)?

- Que adaptações pensa o Ministério da Educação adoptar para que os horários nocturnos possam suportar, por exemplo, 15 unidades de 90 minutos sem ultrapassar a carga horária semanal actualmente existente?

- Que reduções vão ser atribuídas para o desempenho de cargos, nomeadamente o de coordenador pedagógico da turma, o de director de curso tecnológico e o de director de curso



artístico especializado?

- Que adaptações vão ser introduzidas no regime de faltas de modo a responder à especificidade deste público-alvo?

Rumo ao insucesso?

- Que medidas vão ser tomadas para o alargamento da rede de escolas públicas com oferta de ensino recorrente que facilite a frequência deste público-alvo?

- Que medidas vão ser tomadas para a criação de uma comissão de acompanhamento que possa avaliar regularmente o novo modelo e possibilite a introdução de alterações/adaptações julgadas necessárias?*

O Ministério não respondeu a um pedido de reunião da FENPROF e os problemas não se resolveram antes se agravaram pois as aulas iniciaram-se sem parte dos programas homologados, principalmente para as disciplinas que não têm a mesma carga horária que o Ensino Regular e sem guias de aprendizagem/manuais adaptados.

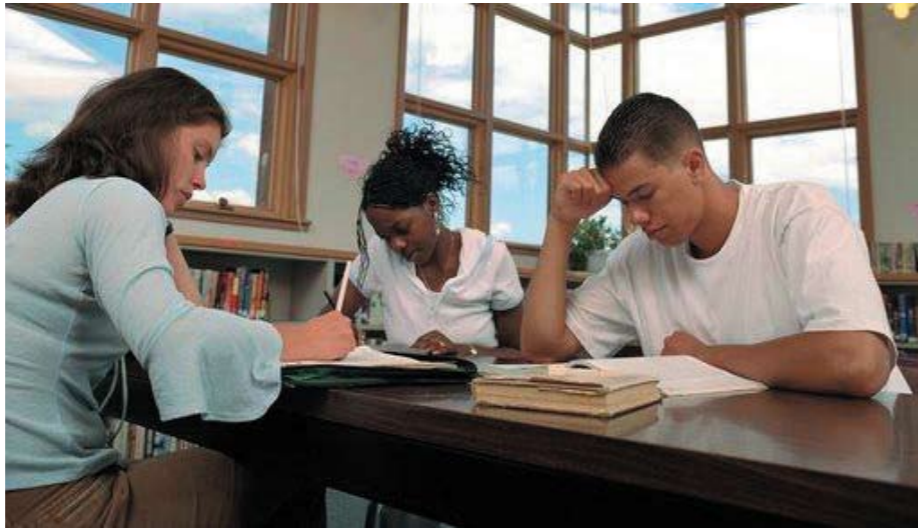
Eis, como uma vez mais, uma reforma poderá caminhar para o insucesso! |

Algumas notas de reflexão

Ensino Secundário Recorrente: é necessário um novo modelo

António Anes *

A análise da reforma curricular do Ensino Secundário Recorrente (Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, e na Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio) tem que ser feita num contexto de reflexão mais amplo do que é a Educação e a Formação ao Longo da Vida, entendida como uma resposta fundamental a toda a população portuguesa que, por um lado e por diversas situações, não pode concluir a educação/formação que deseja, ou, por outro, pretenda actualizar conhecimentos e adquirir competências que permitam fazer face às alterações do mundo do trabalho. Recordemos que cerca de três milhões de activos da sociedade portuguesa não possuem a escolaridade mínima obrigatória de 9 anos e 3 690 392 de activos não têm o ensino Secundário



1. Em primeiro lugar destaque-se que se torna difícil analisar uma revisão curricular do ensino secundário recorrente que envolve significativas alterações ao modelo de ensino, sem, ao mesmo tempo, perspectivar alterações no ensino básico recorrente, mais precisamente no 3º Ciclo, cujo sistema de ensino era, e continua a ser, o mesmo — **Sistema de Ensino por Unidades Capitalizáveis (SEUC)**

Sistema que, recorde-se, se transformou, por ser o único modelo, na principal causa do insucesso do Ensino Recorrente. Foi com ele que se iniciou o aumento abrupto do abandono de jovens e adultos que procuram uma segunda oportunidade de concluir/continuar os seus estudos. A presunção de que todos os adultos têm a possibilidade de autonomizar a sua progressão nas aprendizagens veio verificar-se errada. Essa possibilidade é essencial para poder rentabilizar o trabalho dentro e fora da sala de aula, num sistema em que o professor tem que apoiar vários grupos, alunos, ritmos de aprendizagem. Caso contrário, o aluno desmotiva-se e abandona o sistema. Muitos preferem inserir-se num grupo – turma, e, independente das maiores ou menores dificuldades, progredir num mesmo ritmo.

2. Considero que o Ensino Recorrente nas escolas públicas é fundamental e terá de constituir sempre o principal pilar da Educação de Adultos. É, pois, necessário tomar medidas para um alargamento da rede das escolas públicas com oferta de ensino recor-

rente que facilite a frequência deste público-alvo. Recorde-se que 68% dos portugueses gostariam de continuar a aprender ao longo da vida. É necessário provocar a frequência. Ora o que tem acontecido é que se tem assistido a uma diminuição dessa oferta, com o encerramento de cursos nocturnos verificado em dezenas de escolas. O encerramento do ensino recorrente em 34 escolas da Grande Lisboa em 2002/2003 constitui um evidente exemplo. Tanto mais flagrante que se verificaram listas de espera em várias escolas da mesma área para que centenas de adultos pudessem frequentar os cursos nocturnos. Em vários concelhos verificou-se total ausência de oferta. O impedimento de matrícula a jovens dos 16 aos 18 anos que por trabalharem não o podem fazer no ensino regular é outro exemplo. A comparação desta prática com os princípios enunciados no documento Orientador da Reforma do Ensino Secundário Recorrente demonstra as contradições do Ministério de Educação: "...A garantia do acesso de todos à educação e formação". (pg 8) Ou: "Conferir ao ER um papel de relevo na prossecução de uma política educativa de combate às assimetrias sociais e culturais, dando largo contributo para a efectivação da igualdade de acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência." (pág 9).

3. A existência de outros modelos fora das escolas públicas

A Direcção Geral da Formação Vocacional (DGFV) continuando o trabalho desenvolvido



pela ex-ANEFA, e respondendo a diversidades regionais ou locais, apostando na bivalência educação/formação, tendo no Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências a inovação mais significativa, poderá constituir uma importante reposta ao nível da identificação e certificação de competências previamente adquiridas, formal ou informalmente, relativas ao referencial de competências chave, básicas e fundamentais para continuar a aprender ao longo da vida, possibilitando uma dupla certificação escolar e profissional ao nível do 9º ano de escolaridade e nível II de qualificação profissional. Na sua curta existência já foi procurada por milhares de formandos. Há, no entanto, que avaliar e não apressar um processo que se deseja fundamental. Muitas vezes a formação torna-se atractiva na medida que é uma alternativa ao desemprego, mas isso pode gerar perversões. Assim, sou contra quaisquer intenções de alargar, a curto prazo, esta experiência ao ensino secundário. Estamos perante um caminho, diz-nos Rui Canário, "onde temos aspectos inovadores e bastante interessantes, e é preciso que estejamos conscientes de que esse caminho é difícil. Há que fazer acompanhamento e desenvolvimento dos cursos, avaliação dos cursos, das instituições (...). Os processos de reconhecimento dos adquiridos, que são fáceis de justificar mas são muito difíceis de concretizar..." (Cadernos S@ber+, n.º 14 –Julho/Setembro 2002, pág. 5)

4. A legislação agora produzida sobre a reforma do E. Secundário Recorrente, embora inclua algumas das sugestões feitas pela FENPROF não corrige, a meu ver, um erro fundamental que se verificou durante anos: **A insistência num único modelo.** Sem multiplicar modelos dever-se-á ter em conta dois públicos-alvo: 1. Os que precisam de uma aprendizagem e um ensino mais apoiado e orientado e para estes o ensino presencial inseridos num grupo turma; 2. Os que, com

capacidades de autoformação, se integrem ou não num grupo turma, possam progredir a um ritmo individualizado. O documento em análise privilegia claramente um único modelo, penalizando, agora, os que, embora constituam uma minoria, tinham sucesso no SEUC. Ao remetê-los para o ensino não presencial e só lhe possibilitando três épocas de exame (registre-se a evolução positiva de 2 épocas na proposta inicial), impedi-los-á de seguir um ritmo mais acelerado ou lento correspondente às suas capacidades de autoformação. Defendo que o sistema de módulos permita uma modalidade não presencial, de autoformação assistida, que possibilite aos jovens/adultos um apoio semanal por disciplina e por grupos de blocos (também neste aspecto se verificou evolução com a concretização de 8 unidades parciais de 45 minutos semanais por ano de escolaridade) que respondam aos diferentes ritmos de aprendizagem, com possibilidades de avaliação dos diferentes blocos a combinar entre o aluno e o professor.

5. É pois urgente encontrar respostas articuladas entre o que se faz no domínio da Educação ao Longo da Vida e o que se faz na formação profissional contínua.

Recorde-se a este propósito um dos princípios orientadores de aprendizagem ao longo da vida proposto pelo Conselho de Ministros da União Europeia em 1996:

As iniciativas de formação e educação ao longo da vida devem assegurar equilíbrios entre as dimensões pessoais, culturais, cívicas e sociais e preocupações económicas e de emprego.

E se para responder aos números atrás citados a Educação/Formação ao longo da vida deve assentar numa vasta gama de oportunidades de aprendizagem, é necessário também estabelecer um relativo equilíbrio entre as diferentes ofertas quer ao nível do público-alvo quer ao nível dos desenhos curriculares, quer, ainda, ao nível dos recursos disponíveis.



Constituindo um contributo fundamental para a redução do défice de qualificação escolar e profissional da população portuguesa, seria errado e redutor pensar na educação e formação de adultos como um processo de formação ou qualificação de mão-de-obra. Porque a educação e a formação de adultos são a maior alavanca da autonomia individual e colectiva, de mobilidade social, e portanto da justiça social, da democracia do presente e do futuro, não se poderá adiar mais a sua democratização entendida no sentido de se apostar agora na quantidade e no desenvolvimento de políticas e acções com vista uma educação ao alcance de todos os cidadãos adultos nas suas mais variadas vertentes.

Caminha-se actualmente para uma pulverização de cursos onde não se vislumbra o desejado equilíbrio [Formação de Jovens em regimes de alternância – Cursos de Aprendizagem, Ensino Profissional, Cursos de Ensino Recorrente com Currículos Alternativos, Ensino Recorrente, Cursos de Educação e Formação Profissional e Inicial, Cursos da ex-ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos...] principalmente ao nível das estruturas curriculares e nos recursos disponíveis e até na sobreposição de público-alvo.

Torna-se importante assegurar a transição entre a escola e o mundo do trabalho, e vice-versa, sem eleitos nem excluídos, mas com a possibilidade de cada um, a qualquer momento, poder retomar o seu percurso de educação/formação conforme o percurso que lhe seja conveniente.

A diversidade curricular proposta, o reconhecimento de competências-chave adquiridas ao longo da vida (questão fundamental da ex-ANEFA) deverão obedecer a um razoável equilíbrio que permita o pressuposto atrás transcrito. E não é demais recordar alguns dos avisos feitos na **Conferência Europeia sobre Educação e Formação de Adultos** realizada em Évora de 25 a 27 de Junho de 2000, para debater especificamente as competências-chave dos adultos: Rui Canário preveniu contra o mero reconhecimento das competências que já existem: «a aprendizagem faz-se com a experiência e contra a experiência porque o reconhecimento dos dados adquiridos não é apenas um ponto de chegada e não substitui a formação». Paolo Federighi – Presidente da Associação Europeia para a Educação de

Adultos, deixou outras dúvidas: «A certificação levanta vários problemas políticos: Como é que os vários sistemas - escolas, formação profissional, empresas - se vão relacionar entre si? Como podemos substituir a sociedade de diplomas por uma sociedade de créditos? Como é que a mobilidade europeia se fará? E como se consegue uma harmonização? Qual será a relação de certificação de competências com as políticas salariais das empresas?» (Revista Saber mais nº 6, pág. 13).

6. Não faz qualquer sentido querer aplicar um **regime de faltas idêntico ao Ensino Regular a este público-alvo que trabalha e tem, por norma, vida familiar**. Não concordo com qualquer limitação ao Estatuto do Trabalhador Estudante. Tal não deverá impedir a responsabilização dos alunos pelo seu processo de ensino – aprendizagem.

7. Iniciou-se o ano lectivo 2004/2005 sem que o ME tomasse **medidas práticas mas essenciais para o sucesso deste modelo**:

- Assegurar a permeabilidade entre diferentes modelos e sistemas de Ensino;
- Regime de equivalências para fazer face à coexistência dos diferentes modelos (por unidades capitalizáveis, por módulos, Ensino Regular, Ensino Profissional, RVCC, CEF ...);
- Adaptações dos horários nocturnos para suportar, por exemplo, 15 unidades de 90 minutos sem ultrapassar a carga horária semanal até agora existente;
- Reduções para o desempenho de cargos, nomeadamente o de coordenador pedagógico da turma, o de director de curso tecnológico e o de director de curso artístico especializado.

- Homologação de programas principalmente os das disciplinas que não têm a mesma carga horária do Ensino Regular.
- Guias de aprendizagem/manuais adaptados a

este modelo de ensino.

- Formação contínua específica para trabalhar neste modelo de ensino

8. O sucesso de um novo modelo depende de uma avaliação rigorosa e constante. É **necessária a criação de uma comissão de acompanhamento** que possa avaliar regularmente o novo modelo e possibilite a introdução de alterações/adaptações julgadas necessárias. A precipitação na generalização de experiências tem conduzido a resultados francamente maus. O caso da generalização do SEUC, em 1995, ao Ensino Secundário constitui um exemplo a não repetir. A importância desta avaliação é tanto mais pertinente quanto não houve nenhum período de experimentação da reforma curricular em curso. Os primeiros anos serão cruciais

Conclusão

Constituindo um contributo fundamental para a redução do défice de qualificação escolar e profissional da população portuguesa, seria errado e redutor pensar na educação e formação de adultos como um processo de formação ou qualificação de mão-de-obra. Porque a educação e a formação de adultos são a maior alavanca da autonomia individual e colectiva, de mobilidade social, e portanto da justiça social, da democracia do presente e do futuro, não se poderá adiar mais a sua democratização entendida no sentido de se apostar agora na quantidade e no desenvolvimento de políticas e acções com vista uma educação ao alcance de todos os cidadãos adultos nas suas mais variadas vertentes. I

*Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Comunicação feita no Funchal em 24 de Novembro 2004 no encontro “Desafios para o Ensino Secundário” organizado no âmbito da Jornadas Pedagógicas pelo Sindicato dos Professores da Madeira



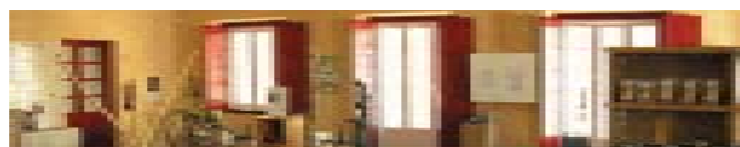
CONCURSOS E COLOCAÇÕES

REVER

É A SOLUÇÃO!

... e manter o seu carácter anual, nacional, público

Federação Nacional dos Professores FENPROF



Comércio Justo

Comércio Justo é uma forma de combater a exploração dos povos pelas multinacionais, o trabalho infantil e a exploração salarial de milhões de seres humanos que vivem do seu trabalho justo e artesanal. Comprar em lojas de comércio justo é uma forma de dar força à iniciativa de Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento e de provar que os ganhos económicos, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e o respeito pelo meio ambiente não são objectivos incompatíveis.

É uma forma, também de contribuir para a mudança das regras que regem o comércio internacional, com o esforço de todos.

Para mais informações, contactar: CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral • R. Pinheiro Chagas, 77, 2.º Esq.º • 1069-069 Lisboa • Telef: 213172860



Uma nova dinâmica na intervenção cívica em defesa da Escola Pública

N um momento em que se assiste ao reforço dos ataques à Escola Pública em Portugal, mais de meio milhar de cidadãos estiveram reunidos em Coimbra num Fórum Nacional que, na sequência da Marcha realizada em Lisboa no início do ano, veio agora dar nova dinâmica à intervenção cívica pela defesa e valorização da Escola Pública. A iniciativa, dinamizada pela FENPROF, decorreu no auditório da Reitoria da Universidade e juntou educadores, professores, trabalhadores não docentes das escolas, estudantes, pais e encarregados de educação, investigadores, num expressivo conjunto de cidadãos empenhados na causa da defesa da Escola Pública.

Na sessão de abertura, dirigida por Mário Nogueira, coordenador do SPRC e membro do SN da FENPROF, registaram-se as intervenções do Magnífico reitor, Fernando Seabra Santos, e do Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, Miguel Duarte. Também presentes na Mesa o Secretário-Geral da FENPROF, Paulo Sucena; Natália Carvalho, da Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública; e Albino Almeida, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais.

Ainda da parte da manhã decorreu um primeiro painel de debate,

moderado por Sérgio Niza, professor universitário e dinamizador do Movimento da Escola Moderna, com intervenções de António Nóvoa e Almerindo Janela Afonso, das Universidades de Lisboa e do Minho, respectivamente.

Presidido por Rita Pestana, do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e presidente do Conselho Nacional da FENPROF, o segundo painel do Fórum, durante a tarde, registou as intervenções de Paulo Sucena, Natália Carvalho, Virgínia Sousa (Liga Operária Católica), Maria José Ruivo (Associação Portuguesa de Deficientes), Albino Almeida e Manuel Carvalho da Silva (Secretário-Geral da CGTP-IN).

Enriquecida pelos contributos do debate, a resolução do Fórum, identificada pela Comunicação Social como a “Declaração de Coimbra”, foi aprovada com apenas uma abstenção (ver centrais).

O documento apresenta ao Governo reivindicações objectivas no campo do sistema educativo, na área da organização e funcionamento das escolas e no âmbito dos recursos humanos. I

JPO

Declaração de Coimbra

Uma Escola Pública de Qualidade Para Todos

- Exigência do presente e do futuro



Os professores e educadores, os estudantes e os trabalhadores não docentes das escolas, os pais e encarregados de educação, os técnicos e investigadores, todos os participantes no “**Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública**”, realizado em Coimbra, no dia 4 de Novembro de 2004, exigem do Governo a tomada de medidas que incrementem a expansão de um sistema público de educação e ensino da mais alta qualidade de modo a que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação que lhes proporcione uma conseguida inserção social e o domínio dos instrumentos necessários a uma plena cidadania.

Nesse sentido, o FÓRUM exige ao Governo:

No âmbito do sistema educativo

- A expansão da rede pública de educação pré-escolar de modo a que Portugal atinja os índices dos países mais desenvolvidos da União Europeia o que passa, de imediato, pela garantia da criação de uma rede de jardins de infância que permita acolher todas as crianças no ano imediatamente anterior ao da sua entrada no 1º Ciclo do Ensino Básico, ano que deverá ser de frequência obrigatória pela importância de que se reveste no esbatimento das desigualdades existentes entre as crianças.

- A renovação das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente no que concerne a aspectos relacionados com o seu regime de docência e aos modos de organização e funcionamento. Exige ainda ao Estado que nelas invista fortemente de forma a permitir dotá-las dos recursos humanos, financeiros e pedagógico-didáticos indispensáveis a um processo de ensino e de aprendizagem da melhor qualidade e reivindicam também um regime de atendimento que responda às necessidades das famílias no que respeita à ocupação dos tempos livres, regime que deve ser igualmente considerado no âmbito da educação pré-escolar.

- A reorganização do ensino básico, desde a reforma curricular ao modelo de avaliação dos alunos passando pela acção social escolar e as condições de trabalho nas escolas, visando o sucesso educativo dos alunos e o combate eficaz ao abandono escolar precoce.

- Uma reflexão ampla e participada sobre as estruturas curriculares do ensino secundário e respectivo modelo de avaliação dos alunos bem como acerca da sua organização, objectivos e



Momento da votação da Declaração de Coimbra, no encerramento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, realizado no passado dia 4 de Novembro

funcionamento de modo a dotar o país de uma população mais bem qualificada e simultaneamente apetrechar os alunos com vista a uma frequência bem sucedida do ensino superior.

- A transição para um sistema de ensino superior integrado e diversificado com respeito pela autonomia e pela dignidade de todas as instituições.

- O processo de Bolonha em curso, independentemente do modo como vier a evoluir, não pode ser aproveitado para desresponsabilizar o Estado pelo Ensino Superior Público ou para desvalorizar formações.

- A garantia no ensino superior do aumento da estabilidade de emprego docente, do desbloqueamento das promoções e do direito a uma carreira, bem como da liberdade académica e da colegialidade das decisões no âmbito da gestão democrática

- A produção de um quadro legal capaz de configurar um enquadramento dos apoios educativos, compatível e integrado na organização escolar de modo a que as crianças e os jovens, em particular os alunos com necessidades educativas especiais, tenham os apoios pedagógicos e/ou os serviços de que necessitam ao longo do seu percurso escolar.

- A manutenção de 9 anos para a escolaridade básica, universal, obrigatória e gratuita, a abolição do numerus clausus como sistema de restrição global do acesso ao ensino



superior e um financiamento do ensino superior que permita a extinção das propinas e não a sua fixação em custos cada vez mais altos, e que eleve os gastos por aluno ao nível da média dos países da OCDE.

- O respeito pelas razões que levaram o Presidente da República a vetar a Lei de Bases da Educação, aprovada apenas pelos partidos da maioria na Assembleia da República, visando a obtenção prévia de amplos e sustentados consensos nos planos político e social que permitam aperfeiçoar e melhorar uma das leis mais consensuais de sempre – a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, que se mantém em vigor.

Na área da organização e funcionamento das escolas

- O respeito pelos princípios da gestão democrática a qual foi sempre positivamente avaliada, reforçando os poderes do Conselho Pedagógico, órgão decisivo para se atingir a melhor qualidade da educação e do ensino.

- O redimensionamento dos quadros de escola de modo a que eles possam acolher todos os professores necessários a uma maior estabilidade do corpo docente e ao desenvolvimento das actividades capazes de concretizarem eficientemente o projecto educativo de escola, condição indispensável a uma boa qualidade de ensino.

- A vinculação dinâmica dos professores contratados, visando os objectivos do ponto anterior.

- A redefinição dos quadros dos trabalhadores não docentes, nomeadamente os técnicos especializados e auxiliares de acção educativa, de acordo com as necessidades reais das escolas porque eles são indispensáveis para se alcançar um bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino e para a própria segurança dos alunos, bem como a garantia da estabilidade de emprego público.

- A criação de condições para o exercício de uma sustentada autonomia das escolas e agrupamentos.

- A definição de estratégias e de meios para se proceder a uma profícua abertura da escola à comunidade, criando condições para que os pais e encarregados de educação possam desempenhar o melhor possível o seu imprescindível papel na prossecução dos objectivos fixados no projecto da escola ou do agrupamento.



No campo dos recursos humanos

- A valorização profissional e social dos trabalhadores docentes e não docentes.

- A abertura de um amplo debate conducente à melhoria da formação inicial dos docentes e a uma profunda reformulação da formação contínua, nomeadamente a nível das necessidades educativas especiais.

- A tomada de medidas para uma efectiva valorização profissional dos trabalhadores não docentes e o reforço do seu prestígio social enquanto elementos preponderantes no desenvolvimento do projecto educativo das escolas.

- O respeito pela opinião dos educadores e professores, expressa através das suas organizações sindicais, na definição de políticas educativas e na tomada de medidas de natureza pedagógica ou organizacional, porque eles são os artífices que concretizam, no terreno, as reformas educativas.

Em síntese

Os promotores e participantes neste FÓRUM consideram que uma escola pública e de qualidade para todos é uma alavanca

extraordinariamente importante na superação dos atrasos estruturais do país, visando o seu desenvolvimento, e na abertura das portas de um futuro melhor do ponto de vista político, económico, social e cultural. É um pulmão indispensável ao respirar democrático de Portugal e por isso os promotores deste FÓRUM assumem o compromisso de dar continuidade a um movimento que se iniciou com a grandiosa “Marcha Nacional pela Educação” e se alimenta da riqueza e diversidade das organizações que lhe dão corpo e substância.

O compromisso estende-se por duas vertentes: uma, a de manter permanentemente uma firme posição em torno da defesa de uma escola pública de qualidade para todos; outra, a de se vir a realizar, em tempo oportuno, uma outra grande iniciativa que traga à rua esta crucial exigência do Portugal de Abril: a construção de uma escola pública da mais alta qualidade para todos, isto é, uma escola inclusiva que permita aos portugueses uma democrática inserção social e o usufruir de uma plena cidadania. |

Coimbra, 4 de Novembro de 2004
O Fórum Nacional pela Educação em Defesa da Escola Pública

Dar voz a esta causa comum que é a defesa da Escola Pública



Seabra Santos, Reitor da Universidade de Coimbra

“Por razões económicas, há ainda muitos jovens portugueses que não chegam ao Ensino Superior. Não faz sentido, hoje, que essa situação se mantenha”.

“A realidade da Acção Social na Universidade portuguesa está longe do discurso oficial”.

“As bolsas de estudo abrangem 10 por cento dos estudantes da Universidade Nova de Lisboa, 40 por cento dos estudantes da Universidade da Madeira, 18 por cento (não chega a 4 mil alunos) dos da Universidade de Coimbra, estando a média nacional na casa dos 20 por cento. (...) Para obter a bolsa mais alta (cerca de 60 contos por mês) o jovem estudante tem que pertencer a um agregado familiar de cinco pessoas com um rendimento global equivalente a um salário mínimo nacional, o que dá 2,7 euros por dia, por pessoa! É abaixo do nível de indigência...”

“O nosso nível de habilitações continua abaixo da média europeia”.

“A gestão democrática é uma conquista de Abril e é um princípio fundamental para que possamos progredir”.

Mário Nogueira, Coordenador do SPRC, membro do SN da FENPROF

“A oportunidade do Fórum não podia ser melhor, pois hoje confrontamo-nos com inúmeros e muito fortes ataques à Escola Pública em Portugal, desferidos pelo patronato dos colégios privados, por alguns sectores da Igreja cujo principal porta-voz tem sido o Bispo de Aveiro, por representantes de grandes grupos económicos com particular destaque para um dos administradores principais do grupo BCP que liderado o designado *Fórum pela Liberdade de Educação* e, principalmente, pela maioria P^{SD}-CDS/PP que governo o nosso País”.

Miguel Duarte, Presidente da DG da A. Académica de Coimbra

“Este deve ser um movimento global, que envolva todos os portugueses em defesa de um bem que deve ser comum – o acesso a escolas públicas de qualidade”.

“Estamos a perder aquilo que foi conquistado com a Revolução do 25 de Abril, num cenário de privatizações e, no caso do Ensino Superior, de descapitalização das Universidades públicas, política de asfixia que se tem agravado com os sucessivos Governos”.

“O sistema 3+2 (organização dos cursos, segundo Bolonha) está na agenda escondida da internacionalização neoliberal e não serve os interesses do País”.

Almerindo Janela Afonso, docente da Universidade do Minho

“Os neoliberais e os neoconservadores, juntos num casamento de conveniência, têm

a preocupação comum de destruir a Escola Pública”.

“O Estado Nação está a perder a capacidade de definição das políticas educativas”.

“Não voltaremos a ter nas próximas décadas o pleno emprego. Quem está a ser afectado? Muitos cidadãos, muitos sectores das novas gerações, incluindo os professores (já temos cerca de 40 mil no desemprego)”.

“Pairam sobre os professores muitas exigências, algumas das quais não são compatíveis com perfil e com os objectivos da profissão docente”.

“Da ofensiva neoliberal e neoconservadora contra a Escola Pública, faz parte a “mensagem” de que a Escola Pública perdeu qualidade porque se democratizou. É falso, como sabem. Qualidade é compatível com democracia!”

“Num cenário de internacionalização do capitalismo, assiste-se à emergência das tecnologias de informação e de comunicação como veículos da globalização, ou melhor das globalizações hegemónicas, tendo como pano de fundo a supremacia do capitalismo financeiro”.

António Nóvoa, docente da Universidade de Lisboa

“A liberdade de ensino é, hoje, muito diferente do clássico debate oitocentista. Hoje, para as correntes ideológicas conotadas com a Nova Direita, a liberdade quer dizer, antes de mais, a obrigatoriedade do financiamento público de escolhas privadas.

É este o seu principal cavalo de batalha.

Deste modo, a questão dos cheques-ensino (e o modo como têm sido defendidos) é emblemática das posições defendidas por estas correntes”.

Paulo Sucena, Secretário-Geral da FENPROF

“Se não se olhar para a Educação com realismo, Portugal afastar-se-á cada vez mais da Europa”.

“A nossa grande preocupação como cidadãos atentos e intervenientes, e é por isso que estivemos na Marcha Nacional pela Educação em Janeiro e estamos hoje aqui em Coimbra neste extraordinário Fórum, é a defesa da Escola Pública de Qualidade e a construção de uma Escola para promover o sucesso educativo”.

Natália Carvalho, da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

“Além da falta de pessoal não docente, temos cerca de 14 000 trabalhadores em situação de grande instabilidade profissional nas

nossas escolas”.

“Uma Escola Pública de Qualidade exige profissionais com formação. Esta é uma condição essencial para promover qualidade educativa e qualidade dos serviços prestados pela Escola”.

Virgínia Soares, da Liga Operária Católica

“É tempo de unir esforços, com dinamismo, sem tabus, colocando o Homem no centro das preocupações. Assim, contribuiremos para construir uma escola nova, de qualidade”.

“Este Fórum é um passo em frente na construção de uma escola mais justa e mais humana”.

Maria José Ruivo, da Associação Portuguesa de Deficientes

“A APD tem sido confrontada em anos anteriores com situações gravíssimas de crianças que a meio do ano escolar ainda não têm apoios educativos e, por isso, teme as consequências decorrentes da situação criada neste ano lectivo nas crianças, nos pais e escolas. Teme ainda que todo o mal estar criado com um atraso que é unicamente responsabilidade do ME sirva para justificar a adopção de medidas segregacionistas, como as preconizadas pelo Secretário de Estado da Educação quando refere que irá criar condições para o correcto funcionamento de estabelecimentos de ensino especiais. A APD deixa, desde já, claro que não aceitará qualquer tentativa de pôr termo ou limitar o processo da Escola Inclusiva, iniciado com a Lei de Bases do Sistema Educativo ainda em vigor”.

O Fórum Nacional “Em Defesa da Escola Pública” exige o respeito pelos princípios da gestão democrática a qual foi sempre positivamente avaliada, reforçando os poderes do Conselho Pedagógico, órgão decisivo para se atingir a melhor qualidade da educação e do ensino.

“A criação de condições para o exercício de uma sustentada autonomia das escolas e agrupamentos”, é objectivo fundamental como sublinha a Declaração de Coimbra





Albino Almeida, presidente da CONFAP

“É uma vergonha professores sem escola e escolas sem professores”.

“As escolas necessitam de autonomia, base fundamental para resolução de problemas e para construção de dinâmicas adequadas às necessidades dos que aí estudam e trabalham”.



“Em relação ao Orçamento do Estado, a CONFAP vê com preocupação a forma como são tratados, entre outros, temas como as necessidades educativas especiais e o ensino profissional”.

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN

“Poderíamos dar um salto qualitativo no nosso sistema de ensino, recorrendo aos muitos

professores que estão no desemprego”.

“A formação profissional em Portugal é um desastre. Não há estratégia. Quando lhes apetece, mudam as regras a meio do jogo”.

“O direito ao ensino tem uma tendência de universalidade, que não existe sem escola pública de qualidade, incentivada, valorizada e apoiada. É um direito que o Estado tem que salvar guardar”.

Educação Pré-Escolar ... E este é um sonho nosso

E estamos presentes neste Fórum em defesa de uma Escola Pública de Qualidade, de todos e para todos, na qual a igualdade de oportunidades seja uma realidade. Neste contexto, torna-se necessário lembrar aqui o que nos últimos anos se tem passado com a rede pública da Educação Pré-Escolar, no sentido de garantir que não permitiremos que a mesma se torne no “balão de ensaio” das intenções do governo para toda a escola pública.

Ainda que reconhecida desde 1997 como a primeira etapa da educação básica, a Educação Pré-Escolar tem sido alvo de uma violenta ofensiva e de uma tentativa de desvalorização e descrédito perante a opinião pública, traduzida de forma clara na proposta de Lei de Bases da Educação apresentada pelo Partido Social Democrata, procurando remeter a Educação Pré-Escolar Pública para uma mera função de guarda, desvalorizando de forma chocante a sua função pedagógica. É evidente assim a tentativa do governo que vai no sentido de desacreditar a rede pública de educação pré-escolar perante a opinião pública procurando confundir intencionalmente a sua função pedagógica com a função social, promovendo o desinvestimento e não assumindo a sua responsabilidade no protocolo que tem estabelecido com a Associação Nacional de Municípios e o MSS que vai no sentido de garantir uma componente social de apoio às famílias nos jardins de infância da

rede pública.

Não podemos permitir que isto continue a acontecer!

É imprescindível que os parceiros se unam.

É urgente que, respeitando o papel de cada um em todo este processo, se exija responsabilidades a quem de direito: o Governo.

É necessário que todos juntos façamos a defesa de uma escola pública de qualidade e inclusiva, que responda às necessidades das crianças e na qual elas possam aprender de forma alegre, livre e participativa. Continuam

a ser elas as flores da nossa luta e a razão pela qual nunca desistiremos deste combate.

Por isso, este Fórum Nacional tem necessariamente que ser apenas mais uma etapa das várias que iremos em conjunto levar a efeito em torno deste objectivo comum e bonito que todos temos: DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!

Porque entre tudo aquilo que Abril nos trouxe e ensinou também está não deixar de acreditar nos nossos sonhos. E este é um sonho nosso! **I**

Júlia Vale



Regulamento Geral Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação em 2005

Objectivos

A Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação é uma iniciativa aprovada no VIII Congresso Nacional dos Professores e insere-se no trabalho de direcção dos órgãos da FENPROF, Conselho Nacional e Secretariado Nacional, com os seguintes objectivos:

- Aprovar orientações e propostas destinadas a nortear a acção e a configurar a organização da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação.
- Assegurar que as conclusões desse trabalho sejam representativas da opinião dos sócios do Ensino Superior e da Investigação e garantir ainda uma participação muito alargada, extensiva a não-sócios nas matérias exteriores à organização sindical interna.
- Reforçar a afirmação e a influência da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação, em especial junto dos docentes do ensino superior e dos investigadores, mas também junto da sociedade em geral e das instituições de ensino e de investigação em particular.
- Melhorar a acção da FENPROF, integradora de todos os sectores de ensino, em particular apresentar propostas visando aumentar o contributo do Ensino Superior e da Investigação para esse fim.

Local e Data

Em Lisboa, nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2005 (Sexta-feira e Sábado), em local a definir.

Ordem de Trabalhos

1. Futuro do Ensino Superior e da Investigação em Portugal
2. Situação Profissional dos Docentes e dos Investigadores
3. Participação e Representação Institucional
4. Organização do Ensino Superior e da Investigação na FENPROF

Organização dos Trabalhos

Os trabalhos serão organizados de forma a haver lugar à defesa, debate e votação de propostas e moções, bem como à apresentação de comunicações individuais que não serão submetidas a votação.

1º dia: pontos 1. e 2. da O.T. (participação

aberta a todos os interessados apenas limitada pela dimensão da sala).

2º dia: pontos 3. e 4. da O.T. (participação reservada a delegados e a membros dos órgãos da FENPROF).

Principais etapas preparatórias

Datas limite:

- até 12/10: Divulgação electrónica do Regulamento Geral da Conferência.
- até 08/11: Divulgação por cada Sindicato da FENPROF da metodologia de eleição e da distribuição dos delegados a eleger por cada escola ou agrupamento de escolas, na respectiva região.
- até 29/11: Entrega na FENPROF ou nos Sindicatos que a compõem de documentos gerais destinados a apreciação e votação na Conferência, relativos a um ou mais pontos da Ordem de Trabalhos.
- até 30/11: Divulgação na página web do Ensino Superior da FENPROF dos documentos gerais apresentados.
- até 20/12: Entrega em cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a) correspondentes às respectivas regiões.
- até 20/12: Recepção, na FENPROF ou nos Sindicatos que a compõem, de inscrições para apresentação de comunicações individuais acompanhadas de um resumo.
- até 10/01: Divulgação por cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a) e das datas e formas de votação.
- até 22/12: Notificação da aceitação de comunicações individuais.
- até 04/02: Recepção de inscrições para a Conferência.
- até 11/02: Apuramento por cada Sindicato dos resultados da eleição de delegados.
- até 13/02: Divulgação dos resultados das eleições de delegados.
- até 14/02: Entrega na FENPROF ou nos seus Sindicatos, para divulgação, dos textos integrais das comunicações individuais aceites.

Distribuição dos Delegados pelos Sindicatos da FENPROF

São delegados eleitos, 100 associados dos Sindicatos, distribuídos proporcionalmente ao seu peso relativo em número de sócios do ensino superior, com quotas pagas à data de 31 de Julho de 2004.

São delegados por inerência os membros do Secretariado Nacional da FENPROF; os membros do Conselho Nacional da FENPROF

pertencentes ao Ensino Superior; os Coordenadores dos Departamentos do Ensino Superior da FENPROF e dos seus Sindicatos.

Eleição dos Delegados

A eleição de delegados é da responsabilidade de cada Sindicato. A representatividade deverá ser o mais local possível, procurando-se que o maior número de instituições sejam representadas. Deverá procurar-se, ainda, que sejam representadas as diversas categorias de docentes e de investigadores de todos os subsistemas de ensino superior.

Outros Participantes

Serão convidados a participar na Conferência todos os membros do Conselho Nacional da FENPROF que não são do Ensino Superior; os dirigentes do Ensino Superior dos Sindicatos (não eleitos delegados); outros convidados sócios ou não-sócios; os sócios ou não-sócios que se inscrevam dentro dos prazos definidos, até ao preenchimento da lotação da sala.

Documentos Gerais

Podem apresentar documentos gerais à Conferência sobre um ou mais pontos da Ordem de Trabalhos: a Coordenação do Departamento do Ensino Superior da FENPROF; a Direcção de um Sindicato; ou um mínimo de 10 sócios de qualquer Sindicato da FENPROF. O primeiro proponente de cada um dos documentos, no caso não ser eleito delegado, terá direito a usar da palavra para defender a proposta, sem direito a voto.

Divulgação de informações e de documentos

As informações e os documentos relativos à preparação da Conferência serão divulgados usando preferencialmente métodos electrónicos (páginas web da FENPROF e dos Sindicatos, e correio electrónico) e, sempre que possível, em suporte de papel pelo correio tradicional. As datas limite acima indicadas para a divulgação referem-se aos métodos electrónicos. No caso de não ser praticável o uso de meios electrónicos em algum Sindicato essas datas referem-se à saída da expedição do correio tradicional. **I**

Comunicação de Paulo Sucena no 1º Congresso da Democracia Portuguesa Educação e Desenvolvimento



“O Estado deve assumir a responsabilidade da expansão de uma rede pública de estabelecimentos de ensino da mais alta qualidade para todos, porque ela é imprescindível à superação dos atrasos estruturais do País. A escola pública de qualidade é um pulmão indispensável ao respirar democrático de Portugal e uma alavanca insubstituível na construção de uma terra sem amos, a bela utopia que a Revolução de Abril abriu aos portugueses”, destacou Paulo Sucena na comunicação apresentada no recente 1º Congresso da Democracia Portuguesa, iniciativa da Associação 25 de Abril. Democracia, Desenvolvimento e Portugal e o Mundo foram os três eixos temáticos do debate proporcionado por esta iniciativa inserida nas comemorações dos 30 anos de Abril, que juntou destacadas personalidades dos mais variados sectores da sociedade portuguesa. A comunicação do secretário-geral FENPROF ocorreu durante os trabalhos do painel “Desenvolvimento”, no segundo dia do Congresso.

Antes de tudo pretendo afirmar com total clareza que os trinta anos de democracia proporcionaram, apesar de políticas de sinal contrário, evidentes progressos na área da educação. Devem ser assinaladas, entre outras, melhorias como o notável aumento da escolarização, principalmente no ensino básico, com o alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, o enorme salto na frequência do ensino superior, o crescimento do número de licenciados, mestres e doutores, pese embora o desemprego que atinge muita gente com aquelas qualificações académicas, a gestão democrática das escolas, o aumento do parque escolar, desde os jardins de infância às universidades, etc., etc.

Portugal está inequivocamente longe dos países do terceiro mundo, mas constatar isso e por essa razão sentarmo-nos placidamente na cadeira dessa tão precária satisfação é hipotecarmos o futuro e o desenvolvimento do país porque ambos implicam um esforço inteligente e consistente de aproximação aos padrões dos países do primeiro mundo. Não ser, na Europa, um país do terceiro mundo não pode ser nunca a razão suficiente para a alegria de um povo.

Essa aproximação exige políticas educativas que dotem Portugal de uma população activa altamente qualificada.

Salvo melhor opinião, o país tem-se confrontado com uma política educativa que vem asfixiando o modelo de crescimento económico português, assente numa população com um nível de escolaridade bastante baixo.

Os dados do censo de 2001, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, comprovam o que acabo de dizer.

Baixas qualificações

Verifica-se que em pleno século XXI continua a persistir uma triste realidade: 31% da população empregada continua a possuir apenas o 1º ciclo do ensino básico ou ainda menos; 62,6% têm o 3º ciclo ou nem isso; se tivermos em conta a população empregada com o 3º ciclo completo ela representa apenas 7,3%.

É indispensável sublinhar que este grave problema das baixas qualificações não atinge apenas a população mais idosa. O mesmo fenómeno grassa na população que fez os seus estudos depois do 25 de Abril.

Se tivermos em conta a população empregada com menos de 34 anos (portanto toda formada depois de Abril de 74), verifica-se que ela representa 41,9% da população total empregada e que as suas qualificações são extremamente precárias.

O censo de 2001 revela que 54,2% dos indivíduos com idade inferior a 34 anos possuíam apenas o 3º ciclo do ensino básico completo ou incompleto. Isto significa que o 25 de Abril não alterou radicalmente o terrível ciclo dos baixos e insuficientes níveis de escolaridade, o que é tanto mais dramático quanto os actuais 2º e 3º ciclos do ensino básico são gritantemente insuficientes.

Se, por outro lado, tivermos em conta que aumentou o peso da população habilitada apenas com o ensino básico, estagnou a percentagem da população com o ensino secundário, e se notam diminuições na população do ensino superior, fácil é concluir que esta situação constitui um tremendo handicap a qualquer incremento, em Portugal, de um modelo de desenvolvimento e de progresso assente em trabalho qualificado e justamente remunerado.

Uma outra situação, ainda mais grave, se articula com a atrás referida - a do abandono escolar precoce.

De acordo com o “Plano de Acção da Comissão da União Europeia para a Competência e a Mobilidade - COM - 2002”, no ano de 2001, em Portugal, 43,1% dos “jovens com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos abandonam o ensino precocemente sem

formação ulterior”, sendo a média na União Europeia, nessa mesma altura, de 18,5%.

Se dirigirmos o foco da nossa atenção para o ensino superior, este nível de ensino deixamos com dúvidas e perplexidades. A primeira pergunta que surge é a de se saber se o esforço financeiro suportado pelo Estado e pelas famílias destinado àquele nível de ensino está a ser orientado para as áreas mais adequadas para promover um efectivo desenvolvimento do país de acordo com o contexto em que está mundialmente inserido ou, se, pelo contrário, está a ser utilizado para gerar mais desemprego entre licenciados ou tão só a formar gente de forma desadequada àquela que o desenvolvimento de Portugal exige. O certo é que, segundo o censo de 2001, em Portugal, os empregados com licenciatura constituíam 10,9% da população empregada quando na União Europeia essa percentagem já ultrapassa os 24%.

O “Anuário Estatístico de Portugal - 2002”, publicado pelo INE em 2003, mostra que, em Portugal, há uma significativa distorção se tivermos em conta os alunos matriculados, no ensino superior, no ano lectivo de 2001-02. Na verdade cerca de 54,1% do total de alunos do ensino superior estavam matriculados em cursos cujo âmbito se estendia pelos ramos de ensino, das ciências da educação, ciências sociais e de comportamento, direito, jornalismo, comércio e administração, em que um terço das ofertas pertencera a universidades privadas. Por sua vez o total de alunos matriculados em cursos de ciências, de matemáticas, de tecnologias, de agricultura, pesca e veterinária não alcançavam os 24% dos alunos matriculados no ensino superior, dos quais apenas um décimo frequentava universidades privadas, responsáveis, com o aval dos Governos, por esta distorção.

Estamos sem dúvida perante uma situação que se perfila como um sério obstáculo ao desenvolvimento de Portugal, mas que o Governo contempla com um olhar indiferente.

Investimento na ciência

Outra preocupação que não podemos deixar de assinalar reporta-se à política de investimento na investigação.

Segundo dados da OCDE, Portugal ocupa os últimos lugares na percentagem de investimento do Produto Interno Bruto (PIB) em investigação, para a qual disponibilizou, em 2003, cerca de 0,8% do PIB, menos de metade da média dos países da UE dos quinze (2%). Também em termos de percentagem de capital de risco investido na ciência, Portugal continua no fundo da tabela. Os Estados Unidos e a Islândia estão no topo da lista com um investimento de quase 5% do PIB. O relatório recorda que, em Portugal, o investimento por aluno do ensino superior é igual ao do México e menos de metade da

média dos países da OCDE.

Esta falta de investimento e atraso relativamente ao praticado em outros países desenvolvidos, em particular aos parceiros da UE, é patente não só no investimento público como no privado.

Ultimamente tem-se assistido a uma crescente aposta política no incentivo ao investimento privado em Ciência e Inovação. Infelizmente, tal como em outras áreas estra-

Portugal está inequivocamente longe dos países do terceiro mundo, mas constatar isso e por essa razão sentarmo-nos placidamente na cadeira dessa tão precária satisfação é hipotecarmos o futuro e o desenvolvimento do país porque ambos implicam um esforço inteligente e consistente de aproximação aos padrões dos países do primeiro mundo. Não ser, na Europa, um país do terceiro mundo não pode ser nunca a razão suficiente para a alegria de um povo. Essa aproximação exige políticas educativas que dotem Portugal de uma população activa altamente qualificada.

tégicas para o desenvolvimento do país, como a educação ou a saúde, esta estratégia não visa aumentar o investimento nessas áreas mas sim poupar dinheiro ao Estado. Mais dinheiro privado é visto como uma forma de continuar a adiar o aumento das verbas disponíveis para o desenvolvimento dessas áreas estratégicas com o consequente arrastamento do país para a cauda da Europa.

Novos caminhos

Se é necessário, ou pelo menos louvável, que o sector privado invista em Ciência, essa condição não é suficiente para uma Política de Ciência e não pode servir de pretexto para o continuado adiamento de um Investimento Público sério, estruturado e em sintonia com os restantes países do primeiro mundo. Tanto mais quanto o privado só está interessado em investir em Ciência com retorno a curto prazo, isto é, pouco interessado estará em financiar a investigação básica e privilegiará fundamentalmente o apoio à investigação aplicada que lhe garanta ser rapidamente ressarcido. Mas poderá haver desenvolvimento sustentado a longo prazo só com o recurso à investigação em ciência aplicada? Dizem os especialistas que não.

É então necessário que se abram novos caminhos para o ensino e a educação que passem, designadamente, por:

- A expansão da rede pública de educação pré-escolar de modo a que Portugal atinja os índices dos países mais desenvolvidos da União Europeia o que passa, de imediato, pela garantia

da criação de uma rede de jardins de infância que permita acolher todas as crianças no ano imediatamente anterior ao da sua entrada no 1º Ciclo do Ensino Básico, ano que deverá ser de frequência obrigatória e gratuita pela importância de que se reveste no esbatimento das desigualdades existentes entre as crianças.

- A renovação das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente no que concerne a aspectos relacionados com o seu regime de docência e aos modos de organização e funcionamento. Exige-se ainda ao Estado que nelas invista fortemente de forma a permitir dotá-las dos recursos humanos, financeiros e pedagógico-didáticos indispensáveis a um processo de ensino e de aprendizagem da melhor qualidade.

- A reorganização do ensino básico, desde a reforma curricular ao modelo de avaliação dos alunos passando pela acção social escolar e as condições de trabalho nas escolas, visando o sucesso educativo dos alunos e o combate eficaz ao abandono escolar precoce.

- Uma reflexão ampla e participada sobre as estruturas curriculares do ensino secundário e respectivo modelo de avaliação dos alunos bem como acerca da sua organização, objectivos e funcionamento de modo a dotar o País de uma população mais bem qualificada e simultaneamente apetrechar os alunos com vista a uma frequência bem sucedida do ensino superior.

- A transição para um sistema de ensino superior integrado e diversificado com respeito pela autonomia e pela dignidade de todas as instituições, o que significa que o processo de Bolonha em curso, atenta a concepção economicista que lhe subjaz, não pode ser aproveitado para desresponsabilizar o Estado pelo Ensino Superior Público ou para desvalorizar formações.

- A produção de um quadro legal capaz de configurar um enquadramento dos apoios educativos, compatível e integrado na organização escolar de modo a que as crianças e os jovens, em particular os alunos com necessidades educativas especiais, tenham os apoios pedagógicos e/ou os serviços de que necessitam ao longo do seu percurso escolar.

Pulmão indispensável

Concluindo: o Estado deve assumir a responsabilidade da expansão de uma rede pública de estabelecimentos de ensino da mais alta qualidade para todos, porque ela é imprescindível à superação dos atrasos estruturais do País.

A escola pública de qualidade é um pulmão indispensável ao respirar democrático de Portugal e uma alavanca insubstituível na construção de uma terra sem amos, a bela utopia que a Revolução de Abril abriu aos portugueses. I



Sete áreas prioritárias para o desenvolvimento de Portugal

Para o nosso País, os próximos anos vão ser decisivos. É preciso definir prioridades de um modo claro, visando concretizar uma política de desenvolvimento económico e social. Consideramos existirem sete áreas prioritárias.

- 1ª- Apostar na qualificação do trabalho;
- 2ª- Impulsionar uma política activa de inovação;
- 3ª- Reduzir as desigualdades sociais;
- 4ª- Adotar uma política de energia ambiciosa;
- 5ª- Assegurar a participação dos cidadãos na vida do país;
- 6ª- Garantir direitos no trabalho e salários e horários de trabalho justos;
- 7ª- Reformular, com conteúdos e dinâmicas novas, o diálogo social.

O País não tem futuro se continuar a apostar num modelo de baixos salários, de baixa qualidade do ensino, de falta de qualidade do emprego, agravamento das desigualdades, de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores que se traduzem em baixas produtividades e em perdas de competitividade.

É preciso apostar na evolução da economia para produções mais exigentes, com maior valor incorporado, e em serviços de maior qualidade.

Quaisquer projectos ou orientações da U.E., como as reconsiderações que algumas forças progressistas tentam revitalizar sobre intenções ou esboços de políticas positivas que ficaram tenuamente registadas na Cimeira de Lisboa, têm que ser tratadas no nosso País, à luz destas prioridades (...)

Passagens da comunicação de Manuel Carvalho da Silva, Secretário-Geral da CGTP-IN, no Congresso da Democracia Portuguesa, realizado em Novembro, em Lisboa, por iniciativa da Associação 25 de Abril



Em colóquio promovido pela Universidade do Minho

30 anos de governo democrático das escolas portuguesas

A questão estratégica da autonomia da Escola esteve em primeiro plano tanto na conferência de abertura por Licínio Lima como ao longo dos debates do 1º Colóquio de Sociologia da Educação e Administração Educacional, que a Universidade do Minho realizou em Braga, no campus de Gualtar, nos dias 5 e 6 de Novembro.

“A gestão democrática das escolas: da revolução à reforma”, “experiências de gestão democrática – entre o velho e o novo modelo de gestão: continuidades e rupturas”, “a construção do projecto educativo da escola: traços de um percurso debilmente articulado”, “democracia e participação na organização escolar”, “democracia e participação na organização escolar”, “políticas e processos de gestão democrática: as portas que Abril abriu” e “a autonomia das escolas oito anos depois”, foram temas tratados em painéis de debate e em conferências deste colóquio dedicado aos “30 anos de governo democrático das escolas em Portugal” e que teve como conferencistas, além de Licínio Lima, J. A Costa (Universidade de Aveiro) e João Barroso (Universidade de Lisboa).

“Apesar dos propósitos descentralizadores e autonómicos das propostas reformistas de finais da década de oitenta, e da defesa, entre outras medidas, da “territorialização das políticas educativas” inscrita no estudo que precedeu a publicação do Dec.-Lei nº 115-A/98, a autonomia das escolas parece não passar, ainda, segundo algumas perspectivas críticas, de um mero tópico discursivo”, sublinha o Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do

Minho, entidade organizadora da iniciativa, que destaca ainda:

“Num tempo em que as ideologias gerencialistas adquirem uma nova centralidade e conquistam novos adeptos, repensar as escolas, e a sua governação, como espaços públicos e democráticos constitui um oportuno exercício de cidadania crítica”.

Vários dirigentes de Sindicatos de Professores e da FENPROF, entre os quais Paulo Sucena e Abel Macedo, acompanharam os trabalhos deste colóquio, cuja comissão organizadora foi constituída por Daniel Luis, Daniela Silva, Eugénio Silva, Fátima Antunes, Leonor Torres e Virgínio Sá. |

JPO



Prof. Dr. Licínio Lima

DOS JORNAIS

Instituto Tecnológico Nuclear alerta para “situação de ruptura”

O presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) apelou ao Governo para que tome medidas urgentes para resolver as dificuldades daquele laboratório de Estado, que tem “meios humanos e materiais cada vez mais reduzidos”.

Na comemoração dos 50 anos da Junta de Energia Nuclear, actual ITN, os responsáveis descreveram ao secretário de Estado da Ciência e Inovação, presente na sessão, o “ponto de ruptura” que se vive num instituto com “competências únicas no País pela sua especificidade” e que podem ter aplicações no ambiente, saúde ou segurança.

“O orçamento de funcionamento da instituição tem vindo gradualmente a ser reduzido. O Instituto Tecnológico e Nuclear é obrigado a procurar fontes alternativas de financiamento que possibilitem a sua sobrevivência”, sustentou o presidente do conselho directivo, Júlio Montalvão e Silva.

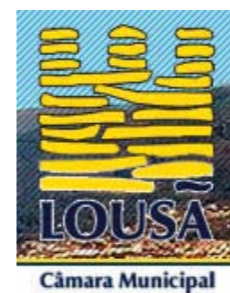
“No plano dos recursos humanos, a recusa em permitir a contratação de pessoal com estabilidade de emprego é impeditiva de que as unidades constituam ou sequer mantenham ou renovem as equipas de base”, continuou, considerando ainda que a “recusa na autorização de substituição do pessoal que se aposenta ou

que abandona a actividade pode conduzir a uma situação dramática”.

Saída de investigadores

Só este ano o ITN, tutelado pelo Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, perdeu seis investigadores, segundo Montalvão e Silva, que denunciou ainda a desmotivação do corpo de investigação, “impedido de prosseguir a carreira por proibição de realização de concursos externos” (...)

Público, 18/11/2004



Oficina de Segurança na Lousã

A Câmara Municipal da Lousã, através do Serviço Municipal de Protecção Civil e do Sector de Educação, desenvolve um projecto de sensibilização à comunidade escolar designado “OFICINA DE SEGURANÇA”, destinado a crianças e jovens. Sensibilizar a comunidade através das mensagens passadas pelos mais novos e prevenir situações de risco, são objectivos centrais da iniciativa, que pretende ainda consciencializar a criança/jovem para a auto-protecção e promover um espírito solidário na segurança de todos.

O projecto, que tem merecido a atenção de numerosos estabelecimentos de ensino, pretende alertar para os vários perigos diários, ajudar à reflexão crítica, de modo a poderem elaborar formas alternativas de resolução de conflitos, ajudar também a tomar decisões, impedir ou retardar o aparecimento de atitudes de risco e responsabilizar crianças e jovens nas atitudes e comportamentos

A “Oficina de Segurança” tem sala de recepção, cozinha e sala, casa de banho, quarto, sala de trânsito, salas de jogo e formação.

Segurança na rua e nos espaços públicos, segurança em casa e prevenção de incêndios são os temas fundamentais da oficina.

Marcações de visitas (para crianças a partir dos 3 anos e jovens): Câmara Municipal da Lousã, Sector de Educação, Rua Dr. João Santos 3200-953 Lousã, Telf 239 990370 Telm 91 2217813 93 6518710 96 6618391 • Fax 239 990381 • E-mail geral@cm-lousa.pt

Em próxima edição voltaremos ao tema. |



V Simpósio Internacional “Os caminhos da aprendizagem”

“A educação de crianças nos primeiros ciclos da educação básica: que desafios na actualidade?” é o tema da primeira conferência (13 de Janeiro próximo, com João Formosinho) do V simpósio Internacional que decorrerá no auditório do Instituto Politécnico de Beja, por iniciativa do GEDEI - Grupo de Estudos para o desenvolvimento da Educação de infância.

O Simpósio terá lugar nos dias 13, 14 e 15 de Janeiro, subordinada ao tema “os caminhos da aprendizagem”. Em debate estarão temas como, por exemplo, a estrutura e organização do currículo, a organização e gestão de ambientes de aprendizagem, gestão do currículo e mediação tecnológica (conferência por John Siraj-Blatchford, da Universidade de Cambridge), especificidades e integração das áreas curriculares e experiências formativas.

Do programa fazem parte, além dos debates, exposição de posters e realização de workshops.

O GEDEI é uma associação que produz pesquisa e partilha informação, experiências e investigação no âmbito da Educação de Infância, e que se orienta para a intervenção educacional no terreno e para a reflexão. |



No fecho desta edição do “JF” confirmavam-se os últimos pormenores do Encontro Regional subordinado ao tema “A Escola em Meio Rural”, uma iniciativa conjunta da Aliança para a defesa do Mundo rural português (ARP) e do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), marcada para 3 de Dezembro, no auditório da Igreja Nova, na cidade de Viseu.

Desenvolvimento integrado/desertificação e Educação e Ruralidade, são os painéis de debate deste encontro, moderados, respectivamente, por Manuel Rodrigues e Vitor Godinho.

A FENPROF foi uma das entidades convidadas. |

Plano Nacional de Emprego de 2004

Medidas positivas esbarram na política do Governo

O Plano Nacional de Emprego (PNE) para 2004 é, na opinião da CGTP-IN, “um documento cheio de medidas de efeitos contraditórios”. Acrescenta a Central: “Se é verdade que nele se prevêem medidas importantes, por exemplo, no campo da aprendizagem ao longo da vida e do combate ao trabalho não declarado, não é menos verdade que a sua aplicação esbarrará, à imagem do que aconteceu com PNE de 2003, nas políticas conduzidas pelo Governo”.

Com a actual política macroeconómica, com o Código de Trabalho, com a anunciada reforma da Administração Pública, com as políticas de imigração, de protecção social e outras, o PNE para 2004 só pode estar condenado ao insucesso, alerta a CGTP-IN.

Para a central, “as consequências destas políticas saltam à vista: as restrições orçamentais reflectiram-se negativamente em toda a economia; a destruição do aparelho produtivo provocou desemprego e aumento do défice da balança comercial; a persistência do modelo de baixos salários e qualificações e a quase ausência de inovação tecnológica e organizacional aprofundam as dificuldades de concorrência e competitividade das empresas portuguesas”.

Impacto muito limitado

Os indicadores de acompanhamento da aplicação do PNE confirmam várias preocupações da CGTP-IN:

1. As políticas governamentais têm efeitos negativos sobre o emprego e as qualificações;
2. As políticas activas têm um impacto extremamente limitado sobre o emprego, apesar de a despesa ter passado de 0,25% do PIB, em 1999, para 0,4%, em 2002;



3. As medidas com impactos potencialmente positivos não estão a ser implementadas como é necessário, nem de acordo com o inscrito no PNE pelo Governo.

O desemprego tem evoluído desfavoravelmente. A taxa de desemprego voltou a aumentar no 2º trimestre. O IEFP contabilizou 466 mil desempregados em Setembro. E os desempregados licenciados são agora mais de 10% do desemprego total.

Há também um aumento da taxa de desemprego de longa duração, bem como do número de desempregados a quem não é oferecida nova oportunidade (formação, reconversão, prática profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade) antes de se tornarem desempregados de longa duração.

Do lado do emprego a situação não é melhor. A taxa de emprego diminuiu. A qualidade do emprego não apresenta melhorias. A formação contínua estagnou. Os contratos não permanentes mantêm-se em número muito elevado, observa a Central.

Dupla exigência

Não se cumpriram objectivos importantes do PNE de 2003. Salientam-se: a execução da cláusula de formação para jovens entre os 16 e os 18 anos; a efectivação do direito ao número mínimo de horas de formação contínua anual para todos os trabalhadores; o aumento do número de indivíduos certificados pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências; uma maior impulso na redução do abandono e insucesso escolares; a redução da sinistralidade laboral.

Neste quadro, a CGTP-IN faz ao Governo uma dupla exigência: primeiro, que concretize os objectivos traçados pelo PNE de 2003 ainda não cumpridos; segundo, que ponha em prática políticas que garantam o pleno emprego, a melhoria da qualidade e produtividade no trabalho, o reforço da coesão e a inclusão social, objectivos inscritos na 2ª fase da estratégia europeia de emprego.



Janela Aberta

Mário David Soares

Estratégia de Lisboa

Em Março de 2000 realizou-se em Lisboa uma cimeira de Chefes de Estado e de Governo que definiu uma nova estratégia para o desenvolvimento da União Europeia e que ficou conhecida pelo nome de Estratégia de Lisboa.

O que é e o que significa esta estratégia poucos cidadãos europeus saberão (de propósito escrevi europeus porque, nesta matéria, não há grandes diferenças nos vários países que constituem a UE...). Não por culpa deles, diga-se em abono da verdade, mas porque também nestas coisas da Europa a alma é o segredo do negócio que é como quem diz o segredo do poder.

A Estratégia de Lisboa é conhecida, sobretudo, como um compromisso intergovernamental para fazer da Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e mais competitiva do mundo. Mas esta é uma visão redutora porque se a Estratégia de Lisboa fosse entendida correctamente ela poderia ser

- um método para traçar o futuro da Europa;
- uma estratégia para manter e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos europeus;
- a necessidade de explorar as novas oportunidades da economia baseada no conhecimento;
- o reconhecimento de que tanto a manutenção do emprego e a melhoria do nível de vida como a competitividade exigem uma nova dinâmica;
- uma estratégia que promova a sinergia entre medidas económicas, sociais e ambientais;
- uma estratégia que tira proveito do êxito já alcançado pela União Europeia.
- capaz de um crescimento económico duradouro, acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social.

Façamos um resumo destes itens através de algumas palavras e expressões-chave retiradas do texto acima: “melhorar a qualidade de vida”, “economia baseada no conhecimento”, “sinergia entre medidas económicas, sociais e ambientais”, “melhoria quantitativa e qualitativa do emprego”, “maior coesão social”, lancemos um olhar, que nem precisa de ser muito crítico, para o que se passa no nosso país e rapidamente tiraremos a triste conclusão de que a Estratégia de Lisboa tem sido uma justificação para mais privatizações, mas não tem servido para realizar o que é fundamental em qualquer sociedade” – melhorar a vida dos seus concidadãos.

E se todos os europeus, de uma maneira geral, se podem queixar, os portugueses, de uma forma particular, têm fortes razões para se sentirem duplamente penalizados: não só sofrem como todos os outros como, ainda por

cima, fruto de uma política que não tem em conta os reais problemas do país e dos cidadãos, se estão a afastar da média europeia. Ou seja, a estratégia do nosso governo é aplicar da estratégia de Lisboa o que serve o grande patronato aplicando as receitas do neo-liberalismo mais feroz e esquecer o que de melhor e mais profundo ela contém para os cidadãos.

Vem isto a propósito de um parecer que o CESE (Comité Económico e Social Europeu), a pedido do Conselho de Ministros, elaborou e onde se conclui que muitos europeus estão a dar se conta de que, enquanto as conquistas sociais são postas em causa, os benefícios que é suposto receberem em troca – em termos de emprego e de protecção social sustentável – permanecem pouco claros mostrando que pessoas estão profundamente preocupadas com:

- o número crescente de deslocalizações para países rivais que têm baixos custos de produção;
- pressão crescente sobre o emprego e as condições de trabalho e perda da segurança de emprego;
- dificuldade de reconversão das regiões e sectores mais afectados pelo desemprego;
- fragilização dos sistemas de protecção social (desemprego, doença, velhice).

Por outro lado, é também demasiado elevado o número de cidadãos europeus que, quando questionados, consideram não ter uma palavra a dizer em matéria de reformas que, todavia, os afectam directamente e que, de uma maneira geral, põem em causa garantias e benefícios adquiridos o que é agravado pelo facto de os relatórios da Comissão e dos Estados Membros conterem, em regra, escassa informação sobre os dispositivos de consulta e de participação da sociedade civil ou sobre as parcerias com os diversos actores da sociedade civil (papel do sector privado, papel dos parceiros sociais, parcerias público privado, ONG, etc.), não obstante estes aspectos terem sido considerados de fundamental importância no mandato de Lisboa.

A partir destas e outras constatações, o CESE aponta 8 prioridades que, no seu entender, deveriam ser incrementadas se se quiser salvar o essencial da Estratégia de Lisboa, a saber:

- Uma maior responsabilização dos Estados Membros pela estratégia
- Reforçar o crescimento e a coesão
- Um mercado interno mais eficiente
- Promover a inovação e a qualidade
- Redefinir a política social
- Promover as parcerias público privado no domínio da investigação
- Proteger o ambiente de forma mais

activa

- Obter o apoio dos cidadãos

Vale a pena referir que o CESE é uma Instituição consultiva da União Europeia composta por representantes dos patrões, dos trabalhadores e de outros interesses presentes nas sociedades europeias (consumidores, cooperativas, profissões liberais, etc.). E vale a pena referi-lo para se poder compreender em toda a sua extensão o que a seguir se transcreve e se refere, neste caso, à redefinição da política social:

“Há que reconhecer que a política social é condição prévia da competitividade e da produtividade e vice versa. Importa elaborar uma agenda de política social renovada para a União Europeia alargada, que poderia revestir a forma de uma Carta do Desenvolvimento Social Sustentável abrangendo os principais domínios de política social e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Política Social

Há quatro domínios de política social que são particularmente importantes para promover a competitividade: políticas de emprego, os idosos na vida profissional, políticas de inclusão social mais activas e cuidados de saúde, incluindo a relação entre saúde, protecção social e ambiente. São necessárias novas iniciativas em todos estes domínios, associadas a uma consulta estreita entre a UE, os governos nacionais e os parceiros sociais

Construir uma sociedade assente no conhecimento exige elevados níveis de recursos para educação e formação básica e contínua. A formação ao longo da vida, embora em expansão em todos os Estados Membros, deve ser ainda mais desenvolvida, incluindo a formação ao longo da vida a níveis avançados. A Comissão Europeia deveria, em consulta com os parceiros sociais, explorar as possibilidades de se chegar a uma Carta da formação ao longo da vida ao nível europeu, incluindo opções financeiras alternativas.

De acordo com os Conselhos Europeus de Tampere e Salónica, deve a UE adoptar uma política comum de imigração mais activa. Por razões demográficas, económicas e sociais, a imigração para a Europa continuará a ser uma questão essencial nos próximos anos. A estratégia de Lisboa requer que a UE tenha uma legislação transparente sobre admissão de imigrantes legais, que haja uma boa coordenação entre a política de imigração e a estratégia para o emprego, bem como novas políticas de imigração e de luta contra a discriminação.”

Concluamos: Lisboa continua linda...



Jornadas do SPN É necessário valorizar a profissão docente

“Desenvolvimento e Educação em Portugal” foi o primeiro painel das Jornadas do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), que decorreu na Póvoa do Varzim, nos dias 15, 16 e 17 de Novembro, com a participação de dirigentes, quadros e associados de todas as áreas sindicais do SPN.

“É necessário valorizar a profissão de professor para recuperar o atraso” foi uma das mensagens salientes desse primeiro painel de reflexão e debate dinamizado pelo economista Eugénio Rosa.

Ética e deontologia profissionais – o porquê de dizer não a uma “Ordem” de professores, foi o tema tratado na manhã do segundo dia dos trabalhos, em que se registaram as intervenções dos docentes universitários Carlos Silva e Isabel Baptista e da dirigente sindical Manuela Mendonça.

O ponto da situação quanto à Lei de Bases da Educação (versão da maioria parlamentar foi vetada pelo PR) e breves abordagens às matérias de actualidade do Ensino Superior (Mário Carvalho), Educação Especial (Vitor Gomes), Pré-Escolar (Júlia Vale), Ensino Básico (Adriano Teixeira de Sousa) e Ensino Secundário (Henrique Borges) marcaram ainda as Jornadas no seu segundo dia, a par das questões da educação ao longo da vida e do ensino recorrente, em sessão presidida por Carlos Midões.

As Jornadas terminaram com uma reunião de corpos gerentes, no dia 17. |

JPO



“Ciência, Conhecimento e Mercado” Um Simpósio a pensar no futuro da Comunidade

Especialistas e investigadores de diferentes continentes encontraram-se em Lisboa, de 21 a 23 de Outubro, no Simpósio Internacional “Ciência, Conhecimento e Mercado”, promovido pela FMTC – Federação Mundial de Trabalhadores Científicos e pelas suas associadas em Portugal: FENPROF e OTC - Organização de Trabalhadores Científicos.

O encontro decorreu no Instituto Superior Técnico que, juntamente com a Comissão Nacional da UNESCO, apoiou a sua realização. Docentes e investigadores das ciências sociais e humanas, exactas, naturais e das tecnologias, engenheiros técnicos da investigação e da indústria, docentes e jovens estudantes assistiram ao Simpósio, cujos trabalhos se desdobraram ao longo de três dias pelas seguintes sessões temáticas:

- Propriedade intelectual e sociedade do conhecimento;
- Biodiversidade e organismos geneticamente modificados;
- Saúde e acesso à água;
- O mercado de trabalho científico;
- Investigação fundamental e domínio público.

Intervindo na sessão de abertura, Paulo Sucena afirmaria a dado passo:

“A direita, sustentada pela ideologia do “mercado eficiente” e pelas doutrinas económicas monetaristas, não se cansa de combater o Estado-providência, em crise desde meados dos anos 70, incapaz de incrementar o quadrado do desenvolvimento fordista cujos lados eram: pleno emprego, forte crescimento, baixa inflação, contas externas equilibradas. Com o definhamento do Estado-providência, vimos assistindo ao constante recrudescimento do capitalismo neoliberal com o seu infundável cortejo de injustiças e exclusões sociais perante um Estado que cada vez assume menos responsabilidades nas áreas sociais, designadamente na Educação, da educação pré-escolar ao ensino superior.”

Acrescentou o dirigente da FENPROF:

“As políticas educativas dos últimos Governos vêm contribuindo para o empobrecimento da qualidade do sistema público, pondo

em causa uma verdadeira democratização do ensino, condição primeira para o reforço da democracia e para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País.”

Na ponta final da sua intervenção, Paulo Sucena declarou:

“Com todo o apreço pelos docentes e investigadores que, muitas vezes em precárias condições, contribuem com a sua inteligência, trabalho e persistência para o progresso científico e cultural do país, não posso eximir-me a relevar que a política de Governos orientados pelo neoliberalismo só se pode esperar o entrave à melhoria das qualificações dos portugueses, o recrudescimento do abandono escolar precoce e o estreitamento do horizonte de desenvolvimento e progresso do nosso país. É imperioso e urgente inverter este caminho e democratizar a escola pública, dar-lhe a mais alta qualidade, promover efectivamente a ciência e a cultura e apoiar eficazmente a investigação, porque esta pátria, a que o poeta Carlos de Oliveira, há cerca de 60 anos, chamou *mãe pobre de gente pobre*, continua a ser um chão de esperança do povo português”.

Uma esperança que, concluiu, “para ser cumprida numa sociedade estratificada e profundamente desigual, em que homens e mulheres se consideram, como dizia J.P. Sartre, “como um puro *estar-aí* sem relação de solidariedade com o todo social”, exige que os humanos empreendam um vitorioso movimento visando construir a universalidade da situação, condição da moral, (continuo a servir-me do pensamento de Sartre) atingível apenas numa sociedade dirigida por princípios de equidade. Desígnio que, em pequeno formato, passa por criar condições para que todos tenham possibilidades de aceder ao conhecimento e à ciência, compromisso político que, tendo em vista o todo social, mantém viva e actual a luta de classes visando, como dizia o filósofo de “L’Être et le Néant”, a edificação de “uma sociedade onde já não se encontrarão superiores nem inferiores”. Então, as regras do mercado também serão outras.”

Carvalho da Silva: “Harmonização no retrocesso”

“Esta globalização capitalista, que varre o mundo, com toda a sua dinâmica neo-liberal e belicista, não melhora a capacidade mundial de criar riqueza, apesar dos extraordinários instrumentos hoje disponíveis para esse objectivo, e, acima de tudo, torna a sua distribuição mais injusta, não resolve as necessidades materiais da esmagadora maioria da população, põe em causa recursos naturais indispensáveis à vida, ao mesmo tempo que, perigosamente, aprofunda desigualdades e tensões entre os povos”.

As palavras são de Carvalho da Silva e foram proferidas na sessão dedicada ao “mercado de trabalho científico”, na qual os diferentes oradores abordaram temas como a precarização da situação laboral dos investigadores, o problema da “fuga de cérebros” e a cooperação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

“No meu entendimento o mercado de



É imperioso e urgente democratizar a escola pública, dar-lhe a mais alta qualidade, promover efectivamente a ciência e a cultura e apoiar eficazmente a investigação

trabalho científico tem que ser considerado por nós tendo presente as exigências do que se chama processo de desenvolvimento em curso com a ciência, a investigação e o conhecimento a serem instrumentos das produtividades e competitividades desmedidas e, por vezes, irracionais”, afirmou mais adiante o Secretário-Geral da CGTP-IN.

Para Carvalho da Silva, o mercado de trabalho científico “tem que ser reclamado para responder aos males, às destruições que esse processo está a provocar e “tem que ser impulsionado para novos campos, propiciados pela evolução das capacidades humanas resultantes, também, do uso da ciência e da tecnologia, forçando outro uso da riqueza que se pode produzir”.

“Os países precisam de propostas políticas e planos de acção no sector público, em particular, mas também no privado que promovam o trabalho científico nessas direcções”, observou o dirigente da Central, que realçou noutra passagem na sua comunicação no Simpósio de Lisboa:

“A sociedade humana dispõe hoje de capacidades extraordinárias para se desenvolver harmoniosamente mas tem que romper com o fechamento e valores deste processo de globalização em curso.

“Entretanto, nós somos cidadãos activos neste mundo em que esta globalização está a processar-se. Somos actores e trabalhadores nesta sociedade e no mercado de trabalho vigente. Importa-nos observar e situar no debate social e político, o lugar do trabalho (...)”

“O desemprego e o trabalho sem direitos provocam custos sociais violentíssimos para

os cidadãos colocados nessa situação e afastamentos de uma participação plena na sociedade (Amartya Sen)”, alertou Carvalho da Silva, que diria mais adiante:

“Os direitos dos trabalhadores científicos, no plano individual e colectivo, são indispensáveis no que se refere à organização e prestação do seu trabalho e, ainda, e em particular, à liberdade de pensar, de questionar, de criar, num olhar sobre a sociedade em que o conceito de desenvolvimento, seja efectivado por dimensões económicas, sociais e culturais amplas e harmoniosas.”

Salientando que “a estabilidade no emprego tem que ser procurada e assegurada com valorização do trabalho”, o sindicalista acrescentou: “E esta estabilidade é ainda mais necessária face ao processo das migrações que está em curso e vai intensificar-se. E os países menos desenvolvidos têm imperiosamente que criar estabilidade no *Mercado de Trabalho Científico* ou a fuga de cérebros será para eles uma catástrofe (...)”

“O poder económico e financeiro, de facto o actual poder de entre os poderes, jogando com múltiplos factores - designadamente, a livre circulação da capitais que destrói o Estado e estruturas de organização e acção colectiva das sociedades; os processos de deslocalização de empresas e formas subversivas de subcontratação; o facto de terem transformado o poder político em equipas tecnocráticas aos seus serviços - deu a esta globalização uma marca terrível no plano social ao impor-nos a pretensão da harmonização no retrocesso”, referiu ainda. |

Frederico de Carvalho faz balanço do debate de três dias em Lisboa

Os problemas actuais da Humanidade, o envolvimento sério e determinado da comunidade científica

“A problemática das relações Ciência-Sociedade, Ciência e Ética, uma Nova Ordem Científica que seja instrumento de desenvolvimento sustentável, logo equilibrado, e de combate à exclusão social, está, não de agora mas de há muito, no âmago das preocupações da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC) e deverá estar também muito presente no pensamento e na acção das associações suas filiadas, nas várias partes do mundo, de acordo, naturalmente, com a especificidade das situações próprias de cada país ou região”, sublinhou Frederico Carvalho no encerramento dos trabalhos do simpósio.



Intervindo na qualidade de Vice-Presidente da FMTC e de Presidente da Direcção da Organização de Trabalhadores Científicos (OTC), o prestigiado investigador, doutorado em Física, afirmaria noutra passagem:

“Provavelmente muitos de vós hesitarão em considerar que esta foi aquilo que, normalmente, se entende por “uma reunião científica”, em que especialistas se debruçam em profundidade sobre um tema bem delimitado do ponto de vista disciplinar ou das disciplinas do conhecimento. Antes se assistiu aqui a uma abordagem multidimensional, com componentes nos domínios da economia, da sociologia, da ética e da política, de algumas grandes questões que hoje se colocam com particular acuidade às sociedades humanas e para cuja análise e resolução, no sentido das esperanças dos que acreditam em melhores dias para a Humanidade, é indispensável a contribuição dos especialistas, investigadores e técnicos, habituados a frequentar “reuniões científicas”, como muitos dos que aqui estiveram, mas menos habituados talvez a integrar nas suas análises aquela multidimensionalidade.”

Lembrando que “na fundação da FMTC esteve presente uma motivação muito forte que foi a de contribuir para fortalecer um movimento de opinião e acção dos cientistas contra a utilização da energia nuclear para fins militares e pela abolição das armas nucleares”, Frederico Carvalho realçou que “na altura, em 1946 e nas décadas seguintes, a questão da possibilidade do holocausto nuclear impunha-se ao espírito dos mais bem informados como uma séria ameaça à sobrevivência da Huma-

nidade. Com o passar dos anos, a evolução da ciência e das suas aplicações tecnológicas poderá reconhecer-se que trouxe - triste progresso - outras preocupações e novos riscos a acrescentar àquele.”

Perigos maiores

“Olhando para trás”, comentou, “pode parecer que os perigos são hoje se possível maiores, o que, em meu entender, confere à existência de organizações como a FMTC actualidade e importância”.

“No que respeita aos meios utilizáveis como instrumento de agressão deliberada, poderá dizer-se que um dos traços da evolução que entretanto se verificou bem como daquela actualmente em curso é o mais fácil acesso a esses meios por parte de indivíduos ou grupos, informais ou não institucionais, quando anteriormente e por razões técnicas só os Estados ou entidades institucionais tinham acesso aos meios mais sofisticados”, referiu Frederico Carvalho, que registaria em seguida:

“Há vários factores de natureza técnica que favorecem essa evolução, naturalmente potenciada por progressos científicos e tecnológicos (refere-se a miniaturização de certas armas nucleares ou, noutra plano, certos progressos recentes da engenharia genética e da biologia sintética).”

“Se combinarmos uma maior facilidade de acesso a instrumentos de agressão e uma generalizada situação de graves carências, injustiça e exclusão social que leva a esbater em alguns indivíduos as diferenças que se in-

teriorizam entre a vida e a morte e que levam a que a morte possa em certas circunstâncias parecer mais exaltante e motivadora do que a vida, então podemos ter uma mistura literalmente explosiva.

Aliás desde sempre os poderes constituídos exaltaram as mortes heróicas quando consideraram que elas lhes eram úteis”, observou.

Para Frederico Carvalho, e tal como foi salientado por vários oradores de diferentes partes do Mundo, ao longo das várias sessões do simpósio, há outras ameaças “de natureza diferente, também preocupantes”: “Refiro-me à ameaça de desestabilização geral decorrente do prosseguimento de um caminho insustentável, de crescimento do impacte da acção humana, sobre o meio global. Uma das componentes desta ameaça reside no previsível esgotamento ou degradação de recursos naturais de diferentes naturezas (por exemplo, os combustíveis fósseis, as florestas, os solos de boa produtividade agrícola, certos recursos pesqueiros, etc.). Previsível por quem? Pode perguntar-se... Não, aparentemente, pelos que prosseguem as mesmas políticas erradas ano após ano sem nada fazer para encontrar e pôr efectivamente em prática medidas cautelares e soluções alternativas.”

Pensar o futuro

“Há, pois, urgente necessidade de pensar o futuro para prevenir desenvolvimentos trágicos. Diria, recordando Descartes: “Penso, logo sobrevivo”, continuou Frederico Carvalho, que declarou mais adiante:

“Os trabalhadores científicos têm naturalmente que saber pensar, o que não quer dizer que sejam os únicos a dever fazê-lo nem que, necessariamente, pensem sempre bem.

Acontece, porém, que, para além de dever saber pensar, têm à sua disposição um poderoso arsenal de conhecimentos e de recursos instrumentais. E têm a prática do método científico, o meio de combate àquilo que Carl Sagan chamou “A Demon Haunted World”, o mundo da magia, do obscurantismo, da crença infundada. O método que, aliás, transcende a ciência e que na escola, importaria inocular, passe o termo, às crianças da mais tenra idade”.

“Há, finalmente, um outro nível de riscos”, alertou ainda Frederico Carvalho, que pormenorizou: “Refiro-me aos riscos que podem estar associados a certas linhas de investigação ou a certos desenvolvimentos científicos, riscos identificados a priori ou riscos não previstos, ou ainda a certas práticas duvidosas de consequências não controladas cientificamente. Podemos pensar na disseminação ambiental de OGM's ou na modificação do regime alimentar das vacas que terá conduzido à catástrofe sanitária e económica da BSE.”

Vida artificial

“Podemos pensar também”, acrescentou, “nas possíveis implicações de novas técnicas de manipulação de materiais biológicos que permitem antever a possibilidade de criação de organismos vivos projectados no estirador

para apresentar determinadas características. Esta vida artificial poderia surpreender-nos com comportamentos inesperados e indesejáveis. Põe-se a questão de saber se se deverão colocar limites ao progresso de determinadas linhas de investigação, como estabelecer esses limites e como assegurar o respeito por eles.”

“Esta é uma questão que toca directamente os investigadores e da qual estes não deverão alhear-se”, frisou, explicando logo de seguida: “Não só porque as escolhas que têm que ser feitas vão incidir directamente no seu trabalho mas também porque embora não sejam eles a determiná-las, devem dar o contributo dos conhecimentos e da experiência que possuem para a tomada de decisões. Esta caberá a um decisor colectivo mais ou menos difuso, se se quiser, a sociedade em que se inserem, e de onde em última análise provêm os meios de trabalho de que dispõem. Importa que exista da parte desse decisor colectivo em relação a eles, investigadores, uma relação de confiança. Esta terá de assentar na percepção pela opinião de que os cientistas agem responsabilmente.”

Procurar alternativas

“Todas as questões levantadas neste Simpósio têm grande actualidade como revela a insistência com que aparecem referidas nos meios de comunicação especializados e não especializados. É assim tanto quanto aos grandes desafios da conservação da biodiversidade, da generalização dos cuidados de saúde ou do acesso à água, como quanto às condições do exercício da actividade de investigação e aos recursos humanos, materiais e financeiros que sustentam essa actividade”, realçou o investigador português, sintetizando algumas das preocupações levadas a este encontro internacional de Lisboa.

“O propósito, porventura algo ambicioso deste Simpósio, foi o de criar oportunidades de abertura à consideração de questões de sociedade que importa analisar e para as quais há que preparar caminhos de solução que não podem ser encontrados sem um envolvimento sério e determinado da comunidade científica”, sublinhou Frederico Carvalho, acompanhado na Mesa de encerramento por André Jaeglé, Presidente da FMTC e por João Cunha Serra, do Departamento do Ensino Superior da FENPROF.

A terminar, sublinhou:

“Importa ter consciência dos impasses neste caminho do desenvolvimento insustentável por onde somos conduzidos e importa não os aceitar, simplesmente, mas antes contribuir para a procura de alternativas. Isto implica informação, conhecimento e capacidade de análise. E implica também ser-se capaz de uma acção pedagógica junto dos nossos concidadãos. Sem ignorar a complexidade dos problemas, devemos como dizia Albert Einstein: “Tornar as coisas o mais simples possível mas não mais simples do que isso”. E ter presente que nada pode substituir a independência de espírito como sentinela de defesa pela sobrevivência da sociedade. Citando um ilustre pensador de Quinhentos, François Rabelais: “Science sans conscience n'est que ruine de l'âme”.¹



“Todas as questões levantadas neste simpósio têm grande actualidade como revela a insistência com que aparecem referidas nos meios de comunicação especializados e não especializados. É assim tanto quanto aos grandes desafios da conservação da biodiversidade, da generalização dos cuidados de saúde ou do acesso à água, como quanto às condições do exercício da actividade de investigação e aos recursos humanos, materiais e financeiros que sustentam essa actividade”.

Frederico Carvalho

Os problemas da comunicação social são transversais à sociedade



Colóquio promovido pela CGTP-IN

No seu labor quotidiano, há uma grande parte de jornalistas (que podem não ser os mais mediáticos) seriamente e sinceramente empenhados numa prática profissional o mais isenta e rigorosa possível, procurando seguir, independentemente das suas convicções políticas e ideológicas, as regras do Código Deontológico, os princípios da responsabilidade social e os ditames da sua consciência cívica.

“Contudo, as rígidas imposições que estruturam a ligação do campo mediático à sociedade, nomeadamente no que se refere aos objectivos e critérios que presidem à organização e funcionamento das empresas em geral e das salas de redacção em particular, anulam quaisquer veleidades de subversão do sistema implantado. As preocupações éticas, os assomos de consciência e as tentações de rebeldia acabam por ter de ceder perante a força da ligação estruturada entre os poderes mediáticos e os poderes económicos e políticos dominantes na sociedade. O que, evidentemente, não impede, antes exige, que se encontrem e concretizem formas de resistência e de luta - sindical, política, geral, sectorial, etc. - que permitam, a curto prazo, minorar situações gravosas, e a médio e longo prazo, criar condições para alterar radicalmente a actual situação. Sublinhe-se que não estou a falar apenas dos jornalistas: os problemas da comunicação social são transversais à sociedade, e são suficientemente graves e importantes para serem deixados apenas aos profissionais do sector”.

As palavras são de Fernando Correia, que

falou sobre “jornalismo e interesses de classe”, e foram proferidas num recente colóquio organizado pela CGTP-IN, subordinado ao tema “O poder da Comunicação Social: informação ou manipulação”.

Para além do chefe de redacção da revista “Vértice” e professor na Universidade Lusófona, dinamizaram o debate: Helena Sousa (professora universitária na Universidade do Minho), Eugénio Rosa (economista e mestre em Comunicação) e Manuel Pinto (professor universitário na Universidade do Minho), além do secretário-geral da Central, Manuel Carvalho da Silva, que relacionou a situação actual nos órgãos de Informação com “a profunda regressão social e cultural” que se vive no



Prof. Alberto Amaral

Conferências de Outono na Faculdade de Letras do Porto

A Secção Autónoma de Educação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto organiza a 4ª edição das Conferências de Outono. “A construção da Europa do Conhecimento” é o tema central. Do programa fazem parte sessões com Alberto Amaral (29 de Novembro, às 15h00 - “Avaliação das Universidades à luz do processo de Bolonha”) e com João Pedro da Ponte (3 de Dezembro, também às 15h00 - “Formação de Professores em tempos de mudança”).

País e com “a vulnerabilidade da democracia”. Participaram responsáveis dos departamentos de informação das organizações sindicais, dirigentes e activistas sindicais com interesse pela temática, jornalistas, formadores sindicais e estudantes de comunicação social. Sindicatos da FENPROF estiveram representados neste encontro por Paulo Serralheiro (SPN), Manuel Nobre (SPZS), A. Dutra (SPRA) e pelo jornalista José Paulo Oliveira.

Denunciar os atropelos às liberdades de opinião

Como refere a CGTP-IN, “acontecimentos recentes, registados no nosso país, vieram tornar mais premente a necessidade de discutir questões como a concentração dos meios da comunicação e a sua crescente cartelização; a progressiva perda do poder editorial por parte dos jornalistas; os ataques continuados e cada vez mais descarados ao direito de informar e ser informado; a profunda alteração da hierarquia de valores e o atropelo aos princípios ético-deontológicos dos jornalistas, a secundarização das questões sociais, em particular das sindicais, e a transformação acelerada da informação em espectáculo e dos jornalistas em elementos desse espectáculo.”

“A nenhum destes aspectos deve ser alheio quem, como nós, quer ser agente duma sociedade mais justa e mais livre. Só conhecendo os processos por que passam actualmente os órgãos de comunicação social estaremos em condições de melhorar a eficácia das nossas mensagens e denunciar os atropelos às liberdades de opinião e de informação”, conclui a Central. |

JPO

Audiência concedida pelo Presidente da República ao SPE/FENPROF



Delegação sindical com Jorge Sampaio no Luxemburgo

No passado dia 28 de Setembro, o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio recebeu a FENPROF e o SPE – Sindicato dos Professores no Estrangeiro, em audiência concedida no Palácio do Grão Duque do Luxemburgo, no âmbito da sua visita oficial àquele País, representados por Augusto Pascoal, Manuel Sá e Joaquim Prazeres, respectivamente.

No Luxemburgo, 17% da população fala Português e 23% das crianças e jovens matriculados nas escolas luxemburguesas, são lusodescendentes.

No decurso da audiência, a FENPROF e o SPE apresentaram as suas preocupações quanto ao futuro do Ensino Português no Estrangeiro – EPE e à divulgação da cultura portuguesa nos países da rede (Europa e África do Sul) e do Luxemburgo em particular. Sublinhou-se também a necessidade de que a Constituição da República e a Lei nº 74/77, de 28 de Setembro, que a interpreta nesta matéria, sejam respeitadas, não apenas no contexto da rede, mas também junto dos PALOP’s e dos países de maior concentração da presença portuguesa.

As organizações sindicais defenderam a necessidade de se desenvolver um intenso trabalho diplomático, no sentido de se conseguir o envolvimento e participação das autoridades locais, através de parcerias ou de outros meios, que viabilizem o estudo da língua e a divulgação da cultura portuguesas.

A FENPROF e o SPE alertaram o Presidente da República para tentativas anteriores, desencadeadas pelo Governo de Portugal, tendentes à passagem do EPE para associações locais, que não estão minimamente vocacionadas para garantir a necessária qualidade do trabalho a prosseguir neste domínio.

Por último os representantes sindicais informaram o Dr. Jorge Sampaio do facto de não se actualizarem as tabelas salariais desde 31 de Dezembro de 1999 e de estarem por regulamentar aspectos determinantes do actual regime jurídico do EPE, nomeadamente os relacionados com a protecção social dos docentes.

Quanto ao ensino da Língua Portuguesa, o Presidente sublinhou o muito trabalho que é preciso fazer, para que as autoridades locais tenham outro entendimento quanto ao apoio ao ensino da língua e à divulgação da cultura portuguesas, em particular junto do Ministério da Educação local e das Câmaras.

A aposta no ensino integrado da língua, designadamente nos liceus do Luxemburgo, parece ser a mais correcta.

No final da audiência, a FENPROF e o SPE ficaram convictos do interesse do Senhor Presidente da República pelos assuntos tratados. O PR afirmou que tudo faria para sensibilizar as autoridades luxemburguesas para as problemáticas do ensino e da divulgação da cultura portuguesa. |



Mulheres que abortam não são criminosas!

Manifestando a sua solidariedade para com uma jovem, acusada da prática de aborto, que foi recentemente julgada e absolvida, “pela simples razão de que não cometeu nenhum crime”, a CGTP-IN divulgou uma nota de imprensa (27/10/2004) em que sublinha a dado passo:

O aborto clandestino é um dos mais graves problemas de saúde pública no nosso país, e o principal responsável pela continuação desse estado calamitoso é o Governo PSD/PP.

Em vez de repressão e humilhação, as mulheres portuguesas precisam de ver a sua saúde reprodutiva garantida através dos Serviço Nacional de Saúde.

É urgente que o Governo faça aplicar as leis sobre educação sexual e planeamento familiar.

É importante recordar que Portugal está inserido na União Europeia e que há uma recomendação do Parlamento Europeu aos estados-membros no sentido de a interrupção voluntária da gravidez ser legal, segura e acessível a todas as mulheres.

Em Portugal, contudo, as mulheres continuam a não poder aceder a um aborto seguro, quando confrontadas com uma gravidez que não podem levar por diante.

A CGTP-IN não aceita que as mulheres que abortam sejam tratadas como criminosas, porque criminoso é manter uma lei que as empurra para soluções de recurso, clandestinas e pouco ou nada seguras. |



XXII Jornadas Pedagógicas do SPZS

“Escola Pública de Qualidade para todos Um Direito Social”

Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, outros dirigentes da Federação e vários docentes universitários e investigadores, como por exemplo Rogério Fernandes, Sérgio Niza, Rui Trindade, Luís Souta, António Magalhães, Abílio Amiguiño e Stephen Stoer foram alguns dos dinamizadores da primeira “etapa” (Outubro e Novembro) das XXII Jornadas Pedagógicas do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS).

“Escola Pública de Qualidade para Todos – um Direito Social” é o lema geral que preside a estas Jornadas, cujo programa inclui interessantes acções de reflexão e debate nas cidades de Portalegre, Évora, Beja, Faro e Albufeira.

A iniciativa prossegue em Fevereiro de 2005, estando marcada para o dia 25 desse mês a sessão de encerramento em Évora, com Paulo Sucena e José Filipe Estevéns, Presidente da Direcção do SPZS.

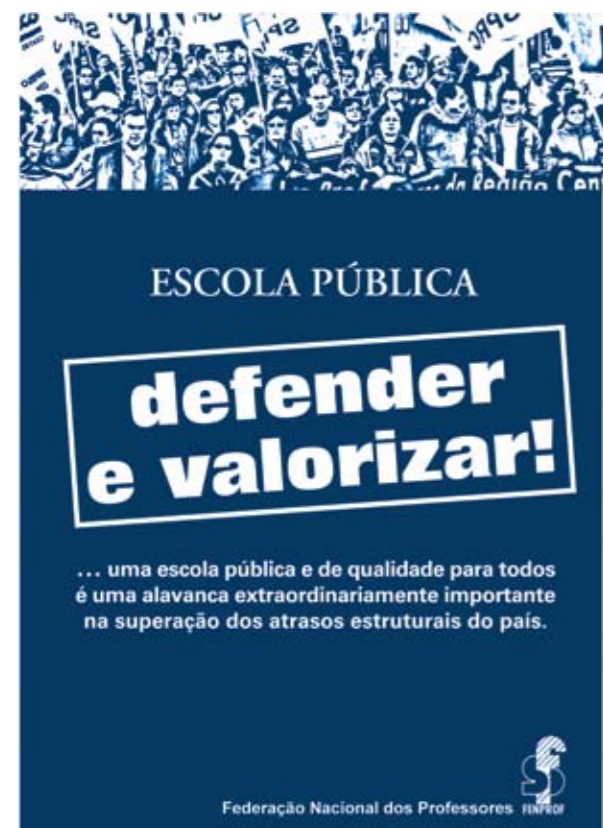
Além dessa sessão final, o programa inclui acções com Licínio Lima e Manuela Mendonça (“A Escola Pública de Qualidade: que modelo de gestão?”), Évora, 25 Fevereiro, 10h00); com João Barroso e Paulo Sucena (“A Escola Pública de Qualidade:



Professores e educadores do Algarve estiveram presentes na sessão realizada no passado dia 2 de Novembro, em Faro, sobre “A escola pública inclusiva e as assimetrias multiculturais”, no âmbito das XXII Jornadas Pedagógicas do SPZS

Lei de Bases da Educação e a autonomia e gestão das escolas”, Portalegre, 24 Fevereiro, 10h00); com José Calçada e Gordo Pereira (“Inspeção nas escolas: de onde

vem, para onde vai?”), Beja, 21 Fevereiro, 10h00); e ainda com António Magalhães, Stephen Stoer e Rolando Silva (“O abandono escolar”, Albufeira, 21 Fevereiro, 10h00). I



RECTIFICAÇÃO: Um problema na montagem da última edição do “JF” trocou uma das fotos dedicadas ao IV Congresso da Internacional da Educação (IE), a que mostrava a delegação da FENPROF presente nesse encontro, com Paulo Sucena (Secretário Geral), Mário Nogueira, Abel Macedo e Mário David Soares.

Uma peça de António José da Silva encenada por Luís Miguel Cintra

A té 19 de Dezembro, a Companhia da Cornucópia apresenta no Teatro do Bairro Alto “Esopaida ou Vida de Esopo”, uma ópera para fantoches, de António José da Silva (“O Judeu”), adaptada e encenada por Luís Miguel Cintra, que integra também o corpo de actores, juntamente com David Almeida, Dinis Gomes, Duarte Guimarães, José M. Mendes, Luís Lima Barreto, Manuel Romano, Márcia Breia, Ricardo Aibéo, Rita Duão e Sofia Marques. Cristina Reis assina a cenografia.

Esopo “viaja” dos tempos da Grécia clássica para a sociedade portuguesa do século XVII e o resultado transforma-se numa aventura dinâmica, que, estamos certos, cativa o especta-



dor do primeiro ao último minuto.

O Teatro do Bairro Alto localiza-se na Rua Tenente Raúl Cascais, 1 A, em Lisboa e tem o telefone 213961515. “Esopaida ou Vida de Esopo” está em cena de terça-feira a sábado às 21h30 e aos domingos às 16h00. I

«ARTANGO» Tango argentino em Portalegre



como uma paixão, em cidades da Europa, América e Ásia. Uma paixão que representa a evolução máxima alcançada pela dança a pares, acompanhada por música orquestral.

Nasceu para se dançar abraçado; para festejar a mistura étnica resultante da avalanche de imigrantes europeus que buscavam, naquele “Sul do mundo”, novos afectos.

Os seus instrumentos são o piano, violinos, cordas graves e o bandoneón, que parece ser próprio e exclusivo do tango.

O Quinteto Juan Esteban Cuacci (Juan Cuacci, Mikael Augustsson, Mónica Fuentesfria, Lila Horovitz e Manuel Lavandera), que continua a linha traçada por Astor Piazzolla, acompanhado nas suas exibições pelos bailarinos Jorge Ramirez e Nelida Miglione.

Um espectáculo a não perder!

Entradas: 10 euros

Venda de Bilhetes: Biblioteca Municipal e Posto de Turismo do Rossio (Palácio Povoas)

Informações: 245 33 99 34 I

NetPistas

Teatro e não só em Montemor-o-Velho

www.teatrodoscastelos.org

O teatro, as outras artes, o debate - um espaço cultural multifacetado e criativo em Montemor-o-Velho (distrito de Coimbra). Vale a pena conhecer e visitar: Teatro dos Castelos - Cooperativa de Serviços Culturais CRL, Travessa da Rua Direita ao Castelo 3140 - 264 Montemor-o-Velho, tel. 239689031, mail: teatrocastelos@mail.pt I

Surrealismo

www.jacm.net/surrealismo

Ao encontro dos artistas surrealistas de todo o Mundo (artigos, biografias, informações e pistas diversas) - a proposta deste site particularmente dedicado aos poetas e pintores surrealistas. I

PINTURA

Ao encontro de Vieira da Silva

“Vieira da Silva nas Coleções Internacionais - Em busca do essencial” é a proposta que está em Lisboa até ao fim de Janeiro próximo, na Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva”, na Praça das Amoreiras, 56.



A exposição festeja o 10º aniversário do museu instalado naquela fundação e presta uma significativa homenagem ao trabalho desenvolvido pela pintora portuguesa Maria Helena Vieira da Silva, falecida em 1992.

O visitante poderá apreciar obras oriundas de colecções sediadas em vários pontos do globo (Paris, Londres, Nova Iorque, por exemplo), realizadas entre 1935 e 1992.

Horário: de segunda-feira a sábado, das 11h00 às 19h00 e domingos das 10h00 às 18h00 (encerra às terças-feiras e feriados). A não perder! I

JPO



150 quadros de Paula Rego em Serralves

O Museu de Serralves (Rua João de Castro, 210, Porto) apresenta até 23 de Janeiro de 2005 um conjunto de 150 trabalhos de Paula Rego, prestigiada pintora portuguesa radicada em Londres. Além de quadros, realizados a partir de 1996, o visitante pode também apreciar desenhos preparatórios das pinturas. De terça a quinta-feira, das 10h00 às 19h00; às sextas e sábados, das 10h00 às 22h00; e aos domingos e feriados, das 10h00 às 20h00. I